

GRANDE CAPITAL E AGRICULTURA NA AMAZÔNIA

A experiência Ford no Tapajós

Francisco de Assis Corse



SÉRIE III
FORMAÇÃO HISTÓRICA
Livro 2

ECONOMIA
POLÍTICA DA
AMAZÔNIA



Francisco de Assis Costa nasceu em 1948, em Pedro Avelino, no Rio Grande do Norte, em cuja Universidade Federal graduou-se em Ciências Econômicas em 1971. Após especialização em Matemática (CECINE-UFPE) e Planejamento (NAEA-UFPA), trabalhou no Sistema Nacional de Planejamento Agrícola, sendo coordenador técnico da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Pará (1978-1982). Orientado pela Professora Maria Yedda Linhares obteve título de Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em 1981. Doutorou-se em Economia pela *Freie Universität Berlin* em 1988, na Alemanha Federal. Iniciou carreira docente em 1989 na Universidade Federal do Pará (UFPA), no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e no Departamento de História. Foi diretor de planejamento da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (2003-2005) e Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA (2011-2012). É Professor Associado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do NAEA e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da UFPA. É pesquisador ativo da Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist, UFRJ) e da Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia (Projeto GEOMA). Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq, foi *Visiting Fellow no Centre for Brazilian Studies* (CBS) da Oxford University, Inglaterra (*Hilary e Trinity Terms*, 2007). Orientou inúmeras teses e detém vasta publicação acadêmica. Sua experiência de pesquisa tem ênfase em economia agrária, história econômica, desenvolvimento regional e relações entre economia e sustentabilidade ambiental, destacando o papel das inovações tecnológicas e institucionais, sobretudo na Amazônia.

Grande Capital e Agricultura na Amazônia

A experiência Ford no Tapajós

Francisco de Assis Costa



Belém, 2012
2ª Edição

Grande Capital e Agricultura na Amazônia

A experiência Ford no Tapajós

Francisco de Assis Costa

Patrocinador do Projeto



FORDFOUNDATION

Na Linha de Frente das Mudanças Sociais

COPYRIGHT © Francisco de Assis Costa, 2012



Conselho Editorial NAEA
ARMIN MATHIS
EDNA MARIA RAMOS DE CASTRO
FÁBIO CARLOS DA SILVA
JUAREZ CARLOS BRITO PEZZUTI
LUIZ EDUARDO ARÁGON
MARÍLIA FERREIRA EMMI
NIRVIA RAVENA
ORIANA TRINDADE DE ALMEIDA

Créditos

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
Carlos Eduardo Maneschy - Reitor

NÚCLEO ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
Armin Mathis – Diretor
Fábio Carlos da Silva – Vice Diretor
Oriana Trindade de Almeida – Coordenadora do PDTU
Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior – Coordenador PLADES

FUNDAÇÃO FORD
Apoio

AUTORIA DOS TEXTOS
Francisco de Assis Costa

REVISÃO
Marly Camargo Vidal

PROJETO GRÁFICO
Rose Pepe Produções e Design

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
S7ven Consultoria

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Biblioteca do NAEA/UFGA)

Costa, Francisco de Assis
Grande capital e agricultura na Amazônia: a experiência Ford no Tapajós / Francisco de Assis
Costa – Belém: NAEA, 2012.

160 p.: il. ; 23 cm. - (Coleção Economia Política da Amazônia. Série IV- Formação histórica; v. 2).

Inclui bibliografias
ISBN: 978-85-7143-099-0

1. Agricultura – Amazônia. 2. Capital (Economia) - Amazônia. 3. Companhia Ford Industrial do Brasil – Tapajós, Região (PA). 4. Oligarquia – Amazônia. I. Título. II. Série.

CDD 21. ed. 338. 9009811



Máquina utilizada para "puxar" o látex



Para
José Amaro da Costa
meu pai;

Ibany Costa
meu irmão
de quem tenho tanta saudade...

Para Geralda Maria da Costa
minha mãe
moça bonita até hoje.



APRESENTAÇÃO

O Grupo de Pesquisa “Dinâmica Agrária e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia”, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (GP-DadesaNaea), vem há anos desenvolvendo estudos que compõem uma ampla abordagem interdisciplinar da Amazônia. No esforço, enfatiza a diversidade estrutural e as configurações urbano-rurais que caracterizam as economias locais e realça o papel do conhecimento e da qualidade das instituições no desenvolvimento regional. Mais recentemente, tem procurado integrar esses elementos com as questões associadas às mudanças climáticas e aos mercados de commodities ambientais em formação.

Com a ajuda da Fundação Ford, o GP-DadesaNaea começa a organizar sua produção em cinco séries, cada uma com numeração própria, a saber: Série I “Termos de Referência e Avaliações”; Série II “Fundamentos Teóricos e Metodológicos”; Série III “Formação Histórica”; Série IV “Dinâmica Contemporânea” e Série V “Indicações Prospectivas”. O conjunto das séries conforma a Coleção “Economia Política da Amazônia” (CEPA). São três os propósitos principais da CEPA: 1) compor a produção do GP, que flui em artigos e em relatórios parciais, em livros que permitam uma visão mais integral da abordagem coletiva (funções dos livros); 2) compor em dimensões (teórica, histórica, metodológica) a produção organizada em livros (função das séries); 3) compor uma visão multidimensional do objeto do esforço, o desenvolvimento da região e suas sociedades (função da coleção). Por sua vez, a Série I tem por fim abrigar textos seminais e de aprimoramento do trabalho do grupo, de modo que contribuições críticas externas ao grupo aí terão lugar.

Este é o Livro 2 da Série III “Formação Histórica”, uma segunda edição de obra já publicada com o mesmo título pela Editora da Universidade Federal do Pará no ano de 1993, em tiragem esgotada há anos. O volume trata da primeira experiência de uma grande empresa na Amazônia, no caso a Ford Motor Company, maior empresa industrial do capitalismo mundial nos anos vinte do século passado, em duas partes. Na primeira apresenta as condições que levaram a Ford à decisão de plantar seringueiras na Amazônia brasileira e, na segunda, analisa as condições de montagem e evolução do projeto no Tapajós até a transferência em 1945, do estabelecimento para o governo brasileiro.

Para esta edição a Fundação Ford garantiu os recursos necessários à publicação, desde o projeto gráfico até a impressão. O que, todavia, não teria acontecido a bom termo sem a dedicação e competência de Rose Pepe, Maria Ataíde Malcher e Marly Vidal.

Belém do Pará, outubro de 2012





APRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO

Para os amazônidas da minha geração, a experiência da Ford no Tapajós apresenta-se envolvida pela névoa que costuma mediar a visão das epopeias e dos castelos. Tal bruma, como se sabe, permite intuir a grandeza – não admite, contudo, verificar nem a real conformação, nem a substância da coisa que envolve.

O trabalho científico tem se afirmado quando supera mitos – quando transpõe a névoa para verificar o conteúdo da grande saga, quando penetra o castelo para ver sua substância. Este é o mérito da obra do prof. Francisco de Assis Costa que ora apresentamos: ela revolve as entranhas do lendário empreendimento do mitológico Henry Ford na Amazônia. E, assim, define suas reais dimensões, expõe a sua essência.

Prof. Dr. Nilson Pinto de Oliveira

Reitor



LISTA DE GRÁFICOS

<i>Gráfico 1</i>	<i>Utilização da Capacidade Produtiva da Economia Americana de 1920 a 1929, em %</i>	<i>34</i>
<i>Gráfico 2</i>	<i>Desenvolvimento do Consumo Americano de Borracha Natural de 1915 a 1930, em %</i>	<i>35</i>
<i>Gráfico 3</i>	<i>Desenvolvimento da Produção, Consumo, Estoques e Preços da Borracha Natural no Mercado Mundial de 1915 a 1921</i>	<i>36</i>
<i>Gráfico 4</i>	<i>Taxa de Lucro e Distribuição de Dividendo nas Plantações do Oriente, 1915 a 1922</i>	<i>37</i>
<i>Gráfico 5</i>	<i>Origem do Capital na Plantação de Borracha no Sudeste Asiático em 1922 (em US\$ de 1924)</i>	<i>38</i>
<i>Gráfico 6</i>	<i>Produção de Automóveis, Caminhões e Tratores da Ford Motor Co. e dos EUA, 1915-1940</i>	<i>73</i>
<i>Gráfico 7</i>	<i>Produção de Automóveis, Caminhões e Tratores da Ford Motor Co., nos EUA e no Estrangeiro, 1916-1925</i>	<i>74</i>
<i>Gráfico 8</i>	<i>Relação entre escala de produção, custos e taxa mínima de lucro para valores conhecidos em 1933 – Cia. Ford Industrial do Brasil</i>	<i>97</i>
<i>Gráfico 9</i>	<i>Relação entre escala de produção, custos e taxa mínima de lucro para valores conhecidos em 1941 – Cia. Ford Industrial do Brasil</i>	<i>97</i>



LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1</i>	<i>Estimativa do Tempo de Trabalho Necessário para Implantação de Seringais na Amazônia</i>	67
<i>Tabela 2</i>	<i>Estimativa de Custos com Salários na Implantação de Seringais na Amazônia</i>	67
<i>Tabela 3</i>	<i>Preços Médios de Automóveis das Principais Marcas no Mercado Americano, 1922 e 1925</i>	75
<i>Tabela 4</i>	<i>Consumo Provável de Borracha Natural para Primeiro Equipamento de Rodagem de Carros, Caminhões e Tratores da Ford e Subsidiárias, 1920-1925, em quilos.</i>	77
<i>Tabela 5</i>	<i>Estrutura do uso da força de trabalho – Companhia Ford Industrial do Brasil- 1929</i>	90
<i>Tabela 6</i>	<i>Salários pagos ao Sr. José Nunes I. da Cruz por função e tempo de serviço Companhia Ford Industrial do Brasil</i>	91
<i>Tabela 7</i>	<i>Estado do Pará – Salários diários de vários profissionais rurais</i>	92
<i>Tabela 8</i>	<i>Força de trabalho necessária à implantação de seringais na Amazônia</i>	100
<i>Tabela 9</i>	<i>Número de trabalhadores obtidos – Companhia Ford Industrial do Brasil. 1928 -1945.</i>	101
<i>Tabela A.1-1</i>	<i>Posição Mundial da Borracha Natural (1915-1949)</i>	139
<i>Tabela A.1-2</i>	<i>Lucro líquido total, por acre plantado e como participação do capital investido nas companhias de plantação de borracha no Sudeste Asiático (1915-1922)</i>	140
<i>Tabela A.1-3</i>	<i>Dividendos pagos sobre capital investido: Companhias de plantação de borracha do Sudeste Asiático (1915-1922)</i>	140
<i>Tabela A.1-4</i>	<i>Produção mundial de borracha de plantação e borracha silvestre, composição relativa (1915-1922)</i>	140
<i>Tabela A.1-5</i>	<i>Produção de borracha plantada do Sudeste Asiático, composição relativa (1915-1922)</i>	141
<i>Tabela A.1-6</i>	<i>Capitais investidos em plantações de borracha no Sudeste Asiático, por origem - 1922 (em U\$ de 1924)</i>	141
<i>Tabela A.2-1</i>	<i>Produção de Automóveis e Caminhões da Ford Motor Co. e Subsidiárias (1916 - 1925)</i>	142
<i>Tabela A 2-2</i>	<i>Produção de Tratores da Ford Motor Company e subsidiárias (1917- 1925)</i>	142

<i>Tabela A.4-1</i>	<i>Valor dos meios infra-estruturais - Companhia Ford Industrial do Brasil. Valores em Rs. 1\$000 = 1,00</i>	<i>144</i>
<i>Tabela A.4-2</i>	<i>Balancos Patrimoniais - Companhia Ford Industrial do Brasil (1935-1944)</i>	<i>145</i>
<i>Tabela A.4-2</i>	<i>Balanco Patrimonial - Companhia Ford do Brasil. 1935-1944 (continuação)</i>	<i>146</i>
<i>Tabela A.4-3</i>	<i>Custos fixos por ano a partir de valores conhecidos para 1933 (1º de maio), Companhia Ford Industrial do Brasil</i>	<i>147</i>
<i>Tabela A.4-4</i>	<i>Custos fixos por ano a partir de valores conhecidos em 31.12.1941, Companhia Ford Industrial do Brasil</i>	<i>147</i>
<i>Tabela A.4-5</i>	<i>Quantidade e valor dos meios de produção, Companhia Ford Industrial do Brasil - 1928-1945</i>	<i>148</i>
<i>Tabela A.5-1</i>	<i>Resultados quanto a área plantada e quantidade produzida para que uma taxa mínima de lucro fosse obtida</i>	<i>157</i>
<i>Tabela A.5-2</i>	<i>Área plantada e quantidade produzida para que as necessidades de borracha da Ford Motor Company fossem satisfeitas</i>	<i>157</i>



NOTA EXPLICATIVA À PRIMEIRA EDIÇÃO

Este trabalho foi escrito entre junho e outubro de 1981, como dissertação de mestrado. Teve sua publicação recomendada pela banca examinadora e foi aprovada para coedição com o CNPq em 1982, quando já me encontrava na Alemanha para um programa de doutorado. Por razões que até hoje não consegui esclarecer, foi retirado, em seguida, da lista de coedições da referida agência. Contudo, a editora que fora inicialmente por ela contatada propôs-me publicação em uma de suas séries. Para tanto, solicitou uma reformulação com a qual não concordei por implicar supressão de elementos que considerava fundamentais para a integridade do trabalho. Acomodada minha situação institucional como professor do Departamento de História e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA – da Universidade Federal do Pará, retomei há dois anos o interesse pela sua publicação instigado pelo fato do tema permanecer tão atual quanto outrora, de continuarem se fazendo sentir carências graves na análise da grande agricultura na Amazônia e de manterem-se as preocupantes lacunas na historiografia do período que compreende as três décadas que se seguem à grande *débâcle* da economia dos seringais.

Na preparação do texto para presente publicação optei pela manutenção da inteireza conceitual e analítica do original, mesmo quando a argumentação conduzida não corresponde inteiramente ao estágio atual das minhas concepções. Limitei-me, assim, a uma correção ortográfica e a uma leve atualização de estilo.

A pesquisa não teria sido possível sem a colaboração da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola – CEPA-PA –, órgão lamentavelmente extinto, e dos seus coordenadores gerais com quem trabalhei, os engenheiros agrônomos Walmir Hugo Pontes dos Santos e Minelvina Nascimento Freitas. Ao Sr. Allan Dreyfuss, então Gerente de Relações Internacionais da Ford Motor Company, ao Sr. Douglas A. Bakken, Diretor do Ford Archives & Tonnahill Research Library e ao Sr. David R. Crippen, arquivista do Ford Archives devo o acesso à documentação original da Ford Motor Co. e da Companhia Ford Industrial do Brasil em Dearborn-Michigan, nos EUA. Indispensável foi o assessoramento do Prof. Alfonso Wisniewski, da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, na tradução dos laudos técnicos sobre os problemas fitossanitários e agronômicos da Companhia, bem como o trabalho de levantamento de arquivos e relacionamento de materiais e fontes desempenhado por Maria Cristina Barbosa, então estudante de História da UFPA, minha estagiária. À Prof^ª Dra. Maria Yedda Linhares agradeço a orientação e estímulo tão fundamentais para este primeiro passo da minha produção acadêmica.

Para a atual edição contei com o inestimável apoio de José de Alencar Costa, na digitação, e da socióloga Vânia Regina Vieira de Carvalho na revisão dos originais.

O Autor

Belém, julho de 1993



SUMÁRIO

PREFÁCIO	23
INTRODUÇÃO.....	27
PARTE I	
ANTECEDENTES À COMPANHIA FORD INDUSTRIAL DO BRASIL	31
<i>Capítulo 1: A conjuntura internacional da borracha: necessidades crescentes dos Estados Unidos, semimonopólio inglês e Plano Stevenson.....</i>	<i>33</i>
<i>Capítulo 2: As oligarquias agrárias brasileiras e a valorização do café: como financiar?</i>	<i>42</i>
<i>Capítulo 3: As oligarquias amazônicas e a borracha: abandono e decadência.....</i>	<i>45</i>
<i>Capítulo 4: Uma “ótima” notícia: os americanos querem a Amazônia.....</i>	<i>50</i>
<i>Capítulo 5: Resultado de uma discussão: a “Amazônia” quer os americanos</i>	<i>56</i>
<i>Capítulo 6: A missão norte-americana na Amazônia</i>	<i>65</i>
PARTE II	
COMPANHIA FORD INDUSTRIAL DO BRASIL	71
<i>Capítulo 7: A Ford Motor Co. e a verticalização de atividades como necessidade estratégica</i>	<i>73</i>
<i>Capítulo 8: O encaminhamento de soluções para o problema da borracha</i>	<i>76</i>
<i>Capítulo 9: A fundação da Companhia Ford Industrial do Brasil</i>	<i>80</i>
<i>Capítulo 10: A estruturação da Companhia Ford Industrial do Brasil: as agruras do capital à procura de trabalho.....</i>	<i>87</i>
<i>Capítulo 11: Relações entre a companhia e governos</i>	<i>120</i>
<i>Capítulo 12: O fim da Companhia Ford Industrial do Brasil.....</i>	<i>122</i>
BIBLIOGRAFIA.....	129
ANEXOS.....	137



PREFÁCIO

O trabalho que ora prefaciamos, *Grande Capital e Agricultura na Amazônia (1922-1945)*, foi realizado, enquanto dissertação de mestrado, sob nossa orientação, no Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA), da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro (hoje integrado à UFRJ).

Entre 1977 e 1980, desenvolvemos, no CPDA, um amplo programa de História Agrária, iniciativa então pioneira no âmbito universitário brasileiro. Procuramos promover diferentes vetores de atividades e pesquisa, abordando temáticas *esquecidas* da nossa história, como o mercado interno e o abastecimento, a pequena produção familiar e a reprodução social da pobreza, as relações entre o capital mercantil e a agricultura, além de vasto levantamento de fontes locais – em onze estados do Norte e Nordeste – para o estudo da agricultura entre 1850 e 1930.

Entre esses diferentes vetores tivemos um especial cuidado em apoiar e incentivar as novas pesquisas sobre a agricultura na Amazônia. Assim, além dos levantamentos documentais no Amazonas e no Pará, o Departamento de História da Agricultura do CPDA, promoveu pesquisas pioneiras com pesquisadores como Alfredo Wagner Berno de Almeida e João Pacheco, e orientou dissertações sobre a agricultura no Pará, como a de Francisco de Assis Costa, que ora prefaciamos e a de Eli Fátima N. de Lima, *Produção de Alimentos e Extrativismo no Pará (1850-1920)*.

A dissertação de Francisco de Assis Costa, o nosso *Chiquito*, agora apresentada com seu subtítulo *a experiência Ford no Tapajós*, destacou-se por vários motivos do conjunto de trabalhos apresentados no CPDA. Desde logo o pioneirismo e a originalidade do tema deram larga expectativa a um trabalho voltado para uma experiência regional de desenvolvimento, contrariando a tradição da história econômica brasileira, sempre voltada para o eixo Rio/São Paulo. O autor propôs-se, com inegável êxito, a analisar a experiência da Ford – uma empresa portadora da própria mística do capitalismo – em investir diretamente na *selva*, num esforço de completar a total organização de suas necessidades do mercado de matérias-primas.

Tema *esquecido*, ausente na maioria dos manuais de história econômica. Mas o autor não se contentou em historiar a saga do capitalismo americano no Pará. Tendo a experiência da Ford como motivo, Francisco de Assis Costa lança mão de um vasto instrumental teórico – da história, da economia e da sociologia – para estudar as condições de vida e de trabalho na Amazônia dos anos 20 e 30. Com extrema familiaridade e aptidão, no uso dos conceitos básicos da história de empresas, conforme o proposto por Witold Kula e Jean Bouvier, o autor relaciona as condições locais à análise conjuntural, interligando as condições econômicas dos grandes *trustes* nos Estados Unidos e as oportunidades de investimento no Brasil. Com tal base teórica e extremo cuidado com suas fontes, *Chiquito* produziu um trabalho denso, original e de excelente nível acadêmico, trazendo para o debate sobre a agricultura na Amazônia temas e textos até então inéditos.

A excelência da dissertação de mestrado de *Chiquito* habilitou-o, de imediato, a se candidatar ao título de PhD na Freie Universität, Berlin. No Departamento de Economia e no Instituto Latino-Americano dessa universidade alemã inseriu-se no grupo de pesquisadores que estudavam a agricultura em geral e o desenvolvimento agrícola em particular, aprofundando em sua tese de doutorado a análise da fronteira demográfica e agrícola na Amazônia.

A publicação da dissertação de Francisco de Assis Costa, bem como sua perfeita integração à vida universitária brasileira, com sua vasta bagagem teórica, representa, sem dúvida, um forte aporte aos debates e estudos sobre a agricultura brasileira em especial na Amazônia.

Rio de Janeiro, julho de 1993.

Maria Yedda Leite Linhares

Profª Emérita de História Moderna e Contemporânea – UFRJ



INTRODUÇÃO

Em 10 de outubro de 1927, foi constituída a *Companhia Ford Industrial do Brasil* – pessoa jurídica criada pela *Ford Motor Company*, então a maior empresa do mundo, líder da indústria automobilística dos Estados Unidos. Tinha por objetivo a condução do processo de utilização produtiva de uma concessão de um milhão de hectares de terras, feita pelo governo do Estado do Pará, às margens do rio Tapajós, nos municípios de Itaituba e Aveiro. O centro das pretensões da Ford era o desenvolvimento de uma plantação gigante de seringueiras. Expressava, entretanto, nos seus estatutos, a intenção de atuar em múltiplas atividades extrativas, industriais, comerciais e financeiras. Milhares de trabalhadores foram mobilizados, vastas áreas foram desmatadas e plantadas, maquinismos avançados foram instalados e dois equipados centros urbanos, Fordlândia e Belterra, foram erguidos em razão das necessidades dos empreendimentos. Vários milhões de dólares foram gastos. Em 1945, após dezoito anos de atividades, a Companhia foi extinta e todo seu acervo transferido, a preço simbólico, para o governo brasileiro.

O objetivo deste trabalho é a reconstrução histórica da *Companhia Ford Industrial do Brasil*, entendida, de um lado, como um momento do processo geral de concentração e centralização do capital empreendido pela *Ford Motor Company* enquanto parcela individual do capital global; de outro, como forma particular de materialização desse processo.

A reprodução ampliada do capital social¹ implica sua concentração e centralização. Ou seja, o controle dos meios sociais de produção e o comando da força de trabalho tendem a ser feitos por um número cada vez menor de capitais individuais. Isto é, endógeno ao movimento global do capital e resulta do fato de que o seu crescimento realiza-se com o aumento dos capitais individuais que, no processo de concorrência, passam necessariamente por transformações que levam muitos capitais pequenos a se fundirem em poucos grandes capitais. Nesse contexto, a contínua valorização de uma parcela individual do capital é um requisito da manutenção de sua autonomia e exige a concomitante transformação da parcela correspondente de valor por ela apropriada na forma de lucro, em meios de produção e força de trabalho adicionais. Os limites da sobrevivência de uma parcela de capital social institucionalizada como empresa atrelam-se, pois, à respectiva capacidade estrutural de expansão, quer pela concentração (a efetivação de novos investimentos), quer pela centralização de capital (absorção de capitais que já existem)².

Tal noção exige que busquemos as determinações da *Companhia Ford Industrial do Brasil*, considerada na sua condição *genérica* de investimento da *Ford Motor Company*, primeiro na expansão da economia americana, iniciada em 1915 e mantida, com pequeno intervalo, até

1 A noção de Capital Social é empregada aqui na acepção dada por Marx (s/d) em *O Capital*, de totalidade do capital existente em uma sociedade (ver Marx, sobretudo em *O Capital*, Livro 3, capítulos IX e X).

2 MARX (s/d), *O Capital*, Livro 1, Cap. 22 e 23. Sobre as formas de validação dessas leis para a formação econômico-social americana ver BARAN e SWEETZY (1974), ensaio Sobre a Ordem Econômica e Social Americana.

1929; segundo, no significado, aí, do desempenho da indústria automobilística; por último, mas não menos importante, nas necessidades de expansão da *Ford Motor Company* no interior da concorrência travada entre os capitais individuais voltados para a produção de automóveis em nível do mercado mundial.

Um problema se coloca a seguir e diz respeito à condição *específica* da *Companhia Ford Industrial do Brasil*, isto é, ao fato de ela ter sido um investimento em plantações de borracha, localizado na Amazônia brasileira. Procurar-se-á resolver a questão em dois níveis, primeiro o das condições gerais que conduziram o processo de decisão na direção da cultura da *hévea brasiliensis* no Tapajós e o segundo da efetivação das decisões tomadas.

Em relação à decisão de plantar seringueira, parte-se da hipótese de que ela estaria intimamente relacionada à conjuntura internacional da borracha nos anos vinte e com o caráter estratégico que assumira este produto, seja nas relações internas à economia americana, seja no que tange à concorrência internacional ao nível dos mercados de manufaturas.

No que se refere à localização, a preocupação fundamental será com as condições econômicas e políticas internas ao Brasil que colocaram a Amazônia brasileira como uma possibilidade concreta para abrigar investimentos estrangeiros que envolviam a apropriação da terra em grande escala. A hipótese, aqui, é de que a anuência das oligarquias nacionais e regionais esteve estreitamente vinculada aos problemas de financiamento das políticas de valorização do café, no caso das primeiras, e à natureza essencialmente mercantil das oligarquias amazônicas aliada à fragilidade econômica e política em que vários de seus segmentos se encontravam desde a quebra do monopólio da borracha silvestre. Ainda com relação a esse aspecto, não se desprezará totalmente os fatores edafo-climáticos como possíveis fatores de influência positiva na decisão quanto à localização. Eles serão entendidos, contudo, como subordinados às determinações econômicas e políticas. Isto é, parte-se do suposto de que, na medida em que as características de solo, clima, etc. não apareçam como impeditivo *a priori*, serão as questões de outra ordem as que realmente terão importância

Quanto à prática exercida no sentido da implementação das decisões tomadas, é dizer, quanto à conformação da Companhia, enquanto estruturação de uma fração específica de capital, entende-se como se fazendo a partir de uma dupla determinação: de um lado, as condições locais para o fornecimento dos pressupostos dessa estruturação, em especial das necessidades de força de trabalho numa região em que a existência de terras livres limita a formação do mercado de trabalho³; de outro, a possibilidade de lançar mão de requisitos estruturais fornecidos a partir do desenvolvimento em geral do capitalismo. Em ambos os casos, tendo-se presente parâmetros de produção referidos pelas dimensões das necessidades da *Ford Motor Company* e por uma escala mínima de produção necessária para a existência de lucro, a uma taxa equivalente a de alternativas possíveis de aplicação do capital.

³ al problemática, que aqui assumirá relevância, será trabalhada a partir da discussão de Marx (op. cit., cap. 24 e 25). Também considerar-se-á Moore Jr. (1983), especialmente a terceira parte. Em relação à Amazônia, ter-se-á a referência de Oliveira Filho (1979) e Velho (1973).

O texto que vem a seguir não obedece à ordem de esquematização que acabamos de fazer. É que se optou pelo seu desenvolvimento marcado pelo privilegiamento de dois planos e dois períodos de análise diferentes. Procurou-se evidenciar as macrodeterminações quando se tratou da contextualização do processo decisório que, entre 1915 e 1925, levou Ford à Amazônia. No período seguinte, de 1925-1945 a análise é focalizada no plano das necessidades da *Ford Motor Co.* e da *Companhia Ford Industrial do Brasil* e suas relações com as especificidades da região enquanto espaço sócioeconômico e político⁴ e enquanto ecossistema singular⁵. Teve-se como preocupação a busca, nem sempre bem sucedida, das vinculações macro/micro, quer no decorrer do desenvolvimento de cada uma das duas partes em que se divide o texto, quer nas conexões estabelecidas entre elas.

O material utilizado é de natureza diversa. Para a primeira parte do trabalho, foram utilizadas informações secundárias provindas de livros de vários autores, de relatórios feitos e editados por agências do governo americano e dos dois principais jornais de Belém. Estes últimos mostraram-se uma fonte importante por reproduzirem, *ipsis literis*, documentos de inegável valor histórico e por se constituírem no canal de debate sistemático de questões polêmicas. Para a segunda parte, foi possível dispor de fontes primárias em adição às secundárias. Entre estas foram utilizados relatos de viagens, livros escritos na época por pessoas ligadas à Companhia, livros de historiadores mais ou menos oficiais da *Ford Motor Co.*, livros de Henry Ford, etc. As informações primárias (documentos internos, relatórios financeiros contábeis e administrativos, cartas, avaliações, auditagens, planos, etc.) relativas à *Companhia* e à *Ford Motor* foram obtidas, quase que exclusivamente no *Ford Archives/Edison Institute, Dearborn, Michigan-USA*. Foram utilizados, também, relatos orais de pessoas ainda vivas que trabalharam para a Companhia. Os dados de contabilidade, em parte, foram fornecidos pela Ford Archives e os demais foram conseguidos nos diários oficiais do Estado do Pará em que foram publicados os balanços patrimoniais da empresa.

4 OLIVEIRA, 1987.

5 Alerta para as especificidades ecológicas da Região a partir das obras de Camargo (1958), Sioli (1969) e Meggers (1977).



PARTE I

**ANTECEDENTES À COMPANHIA FORD
INDUSTRIAL DO BRASIL: CONFLUÊNCIA DE
MACROFATORES QUE A TORNARAM POSSÍVEL**

CAPÍTULO 1

A CONJUNTURA INTERNACIONAL DA BORRACHA: NECESSIDADES CRESCENTES DOS ESTADOS UNIDOS, SEMIMONOPÓLIO INGLÊS E PLANO STEVENSON

Para os Estados Unidos, os anos que compreendem o período que vai de 1915 até fins de 1929, foram marcados por inequívocos sinais de vitalidade e progresso, quer no que se refere à ampliação e utilização da capacidade produtiva interna e incremento do produto gerado¹, quer no que tange ao fortalecimento de posições no mercado externo relativamente às exportações de manufaturas e capitais.

A participação relativa dos Estados Unidos nas exportações mundiais de produtos industrializados chega, em 1929, a 20,4% – quando fora, em 1913, de 13,0%. Nesse intervalo, sai de um terceiro lugar que distava 13,6 pontos de percentagem do segundo mais importante exportador de manufaturas, a Alemanha, para uma segunda posição, em igualdade com a mesma Alemanha, cuja distância para o ainda líder Reino Unido expressava-se por não mais que dois pontos percentuais².

Por seu turno, dos totais investidos pelos sete principais países exportadores de capital³, os investimentos americanos no exterior passam de uma participação de 6,3% em 1914, para 35,3% em 1930. Os Estados Unidos chegam, assim, à década dos trinta constituindo-se o segundo mais importante credor internacional dentre os países centrais do capitalismo, sendo superado apenas pelo Reino Unido, após desbancar França e Alemanha de suas antigas posições de segundo e terceiro lugares, respectivamente.

Durante praticamente toda a década de vinte, a utilização da capacidade produtiva mantém-se em níveis bastante elevados. Com exceção do ano de 1921, quando em média, apenas 65% das imobilizações totais foram utilizadas, os demais anos do decênio mantiveram utilização superior a 80% da capacidade produtiva, sendo que, em quatro deles, os índices situaram-se entre 89 e 94% (Gráfico 1).

Ao mesmo tempo, a economia americana mantinha, para os sete anos do período de 1923 a 1929, uma taxa de desemprego de 3,9%, a qual, no dizer de Baran e Sweezy, era “baixa em relação a qualquer padrão histórico relevante⁴”. Não obstante, a inclusão dos três primeiros anos da década elevaria a taxa média de desemprego para aproximadamente 5%, em virtude dos elevados níveis de 1921 (11,9%) e de 1922 (7,6%)⁵.

1 “Entre 1920 e 1929, o produto nacional bruto dos EUA. cresceu de 103,6 para 152,7 bilhões de dólares (a preços constantes)” (FURTADO, 1976, p. 138).

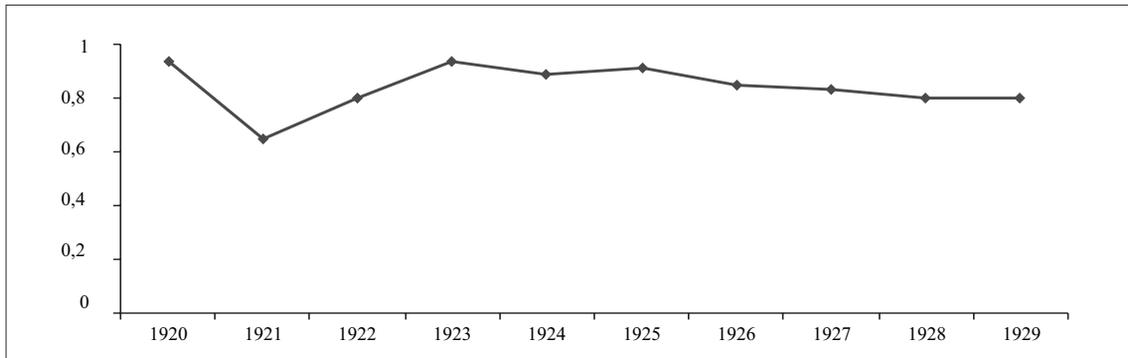
2 MAGDOFF, 1978, Tab. VII, p. 60.

3 Reino Unido, França, Alemanha, Países Baixos, Suécia, Estados Unidos e Canadá (MAGDOFF, op. cit., Tab. VIII, p. 61).

4 BARAN e SWEEZY, 1974, p. 234.

5 Ibid. p. 231.

Gráfico 1 – Utilização da Capacidade Produtiva da Economia Americana de 1920 a 1929, em %



Fonte: BARAN e SWEEZY, 1974, p. 236.

Nesse contexto, o crescimento da indústria automobilística teve destacado papel, considerando, por uma parte, as altas taxas de crescimento que experimenta na década – mantendo praticamente ininterrupto o surto iniciado em 1915 – e, por outra, os importantes efeitos colaterais que exerce sobre a construção civil (suburbanização, construções de estradas, etc.) e indústrias derivadas. A produção de automóveis de pouco mais de dois milhões de unidades, em 1920, vai para 3,6 milhões em 1923, chegando em 1929 ao recorde do decênio com 4,5 milhões. O número de carros em circulação, medido pelo número de emplacamentos, aumenta de 2,3 para 23,1 milhões entre 1915 e 1929⁶.

Como parte do mesmo processo, as necessidades e consumo de matérias-primas em geral crescem, fazendo com que, já naquela década, comece a se verificar, com relação a muitos recursos primários, o momento que Harry Magdoff chama de “passagem dos Estados Unidos de país que possui para país que não possui”⁷. Para os minerais, por exemplo, os anos vinte compreendem o primeiro período, no século XX, em que os EUA apresentaram valor de exportação menor que o da importação. É que, entre os anos vinte e a década anterior, enquanto as importações dessas matérias-primas cresceram quase 70%, as exportações sofreram incremento de meros 24%. Nesses anos, o consumo doméstico aparente de minerais cresceu 37%⁸.

O consumo de borracha natural – matéria-prima vital que aqui nos interessa de perto, da qual os Estados Unidos não produziam um grama sequer – avança rapidamente. De 209.000 t, em 1920, o país passa a consumir 306.000 t em 1922, 379.000 t em 1927, atingindo em 1929 um consumo de 475 mil toneladas. Na década de vinte, o único ano que registra queda significativa no consumo de borracha é o de 1921, sendo seguido pela rápida recuperação de 1922 e dos anos subsequentes. Em termos relativos, os Estados Unidos consumiram, em 1923, 55% mais borracha do que em 1920 e, em 1929, atingiram um consumo superior em 127% ao do primeiro ano do decênio. A participação

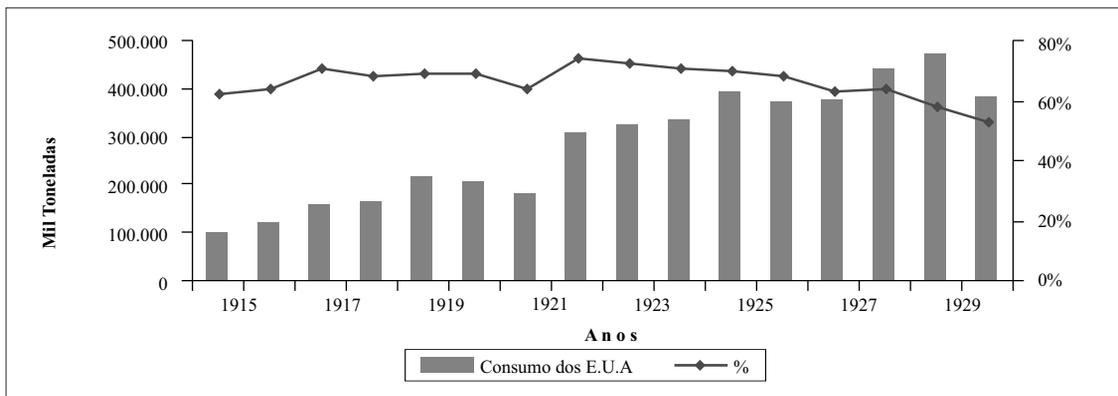
6 Ibid, p. 234.

7 MAGDOFF, op. cit., p. 50. Destaque no original.

8 Valores absolutos retirados de Magdoff (op. cit., Tab. III, p. 51).

do consumo americano no total de consumo mundial de borracha natural foi 69% em 1920, 74% em 1922, 72% em 1923, 63% em 1927 e, finalmente, 58% em 1929 (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Desenvolvimento do Consumo Americano de Borracha Natural de 1915 a 1930, em %



Fonte: Tabela A.1-1.

Resumidamente: os anos vinte desenvolveram-se como continuação ao período de prosperidade iniciado em 1915 e impulsionado pelos demais anos da I Guerra Mundial. Nessa fase ascendente da economia americana, o período recessivo iniciado em 1920, e aprofundado em 1921, representou apenas ligeiro interregno. O ano de 1922 já mostrava sinais de franca recuperação, colocando expectativas confirmadas no forte impulso do ano seguinte e no elevado nível de atividades e negócios que se mantém até a quebra da bolsa de Nova York, em fins de 1929. Essa expansão, e os níveis elevados de utilização da capacidade produtiva que se verifica na sequência, se fazem associados à acentuação de três tendências fundamentais e interligadas.

Primeiro, a busca agressiva de mercados para os manufaturados – processo que inclui tanto a formação de novas, quanto a ocupação de antigas áreas de domínio dos competidores mais renhidos (Reino Unido, Alemanha e França). Segundo, pressão sobre o estoque interno de matérias-primas e elevação do nível de obtenção externa desses pressupostos da indústria. Terceiro, a expansão dos investimentos no estrangeiro como forma de estimular as exportações e garantir o controle sobre fontes essenciais de matérias-primas⁹.

9 Compreende-se, aqui, que nessa fase de expansionismo americano, a necessidade dominante dos países centrais do capitalismo é a de conquista e manutenção de mercados externos para os produtos industriais respectivos. Tais produtos se mostravam endógena e crescentemente excedentes, na medida da acentuação da tendência à concentração e centralização do capital e da consolidação e avanço do capital financeiro. De modo que, tanto a exportação de capitais quanto a luta político-militar-diplomática ou econômico-financeira pelo controle das fontes de matérias-primas, estão subordinadas às necessidades vitais de acumulação dos capitais concentrados (monopolistas), aquartelados no interior das fronteiras nacionais. Tais necessidades derivam do fato de que a continuidade da reprodução ampliada (realização da massa de lucros) dessas frações hegemônicas do capital depende cada vez mais da venda externa do excedente em expansão, de cuja produção não derivou o mercado interno capaz de absorvê-lo. Portanto, as tendências expressas no texto inserem-se nas tendências gerais do capitalismo em sua fase monopolista, em uma etapa cujas características são predominantemente as descritas por Lênin (1974) para o que chamou de Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo.

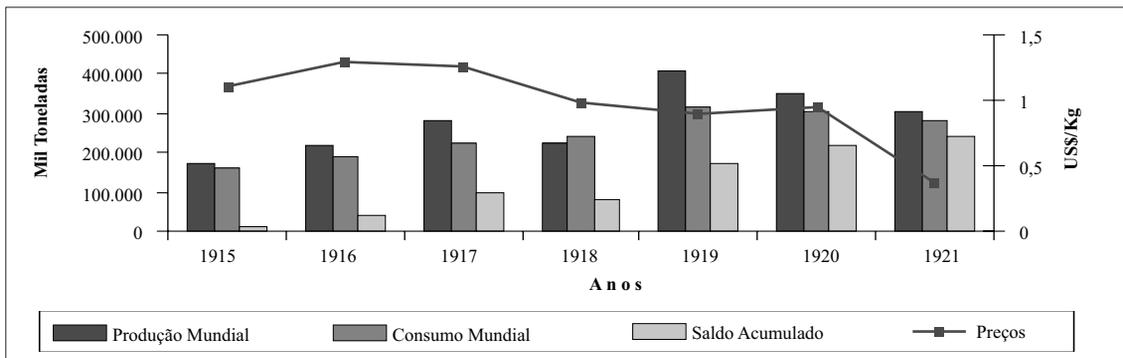
É no interior dessas tendências, nesse período de franca ascensão americana no sistema capitalista mundial, que se inscrevem, tanto o Plano Stevenson, do estado e capitalistas ingleses, quanto a reação a ele deflagrada pelo estado e capitalistas americanos.

* * *

Entre os anos de 1915 e 1921, foram produzidas no mundo 1.958.340 t de borracha. No mesmo período, o consumo mundial foi de 1.717.040 t. Grosso modo, acumularam-se estoques, nos países produtores, nos países consumidores e em trânsito, um pouco acima de 241.000 t - equivalente a, aproximadamente, 86% do consumo mundial de 1921. Em torno de 66% desses estoques se formaram de 1919 a 1921, apesar da produção mundial ter, nesse intervalo, se reduzido de 406,4 para 307,3 mil toneladas. É que, como resultado do já mencionado recesso na produção industrial americana, o consumo global reduz-se de 317,5 mil toneladas em 1919 para 281,9 mil toneladas em 1921.

Essa situação reflete-se nos preços do produto, cuja cotação em Nova Iorque despenca de US\$ 1,30, máxima cotação média anual dessa fase, alcançada em 1916, para 0,36 centavos de dólar americano em 1921 (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Desenvolvimento da Produção, Consumo, Estoques e Preços da Borracha Natural no Mercado Mundial de 1915 a 1921



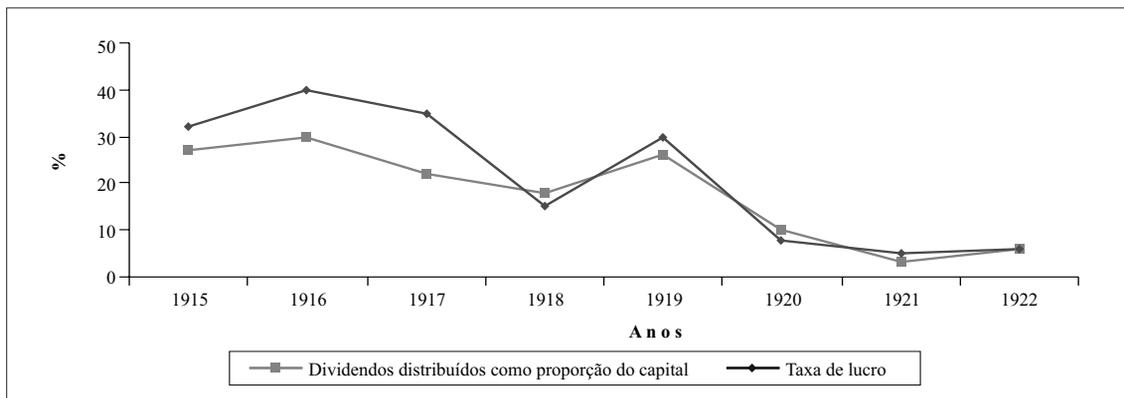
Fonte: Tabela A.1-1.

Acompanhando os preços, cai a taxa média de lucro da fração do capital voltada à produção da borracha natural. No ano de 1916, cinquenta companhias plantadoras de borracha, com área total plantada de 106.215 acres e com capitais somados de 5,4 milhões de libras esterlinas, obtiveram um lucro líquido (isto é, sem a inclusão das reservas e fundos diversos e abatidos os impostos) por acre de £ 20,3, o que corresponderia a uma taxa média de lucro de 40%. Em 1919, 51 companhias, com 118.595 acres plantados, e capitais totais de 6,14 milhões de libras, lograram um ganho por acre de £ 15,4 e, assim, uma taxa média de lucro de 30%, que cai nos dois anos imediatamente subsequentes para 8 e 5%, respectivamente.

Em 1916, de quarenta e nove empresas, 48 distribuíram dividendos que corresponderam a 30% do capital. Em 1920, apenas 21 entre 51 empresas remuneraram seus acionistas com 3% sobre o capital – situação que, praticamente, manteve-se no ano seguinte (Gráfico 4).

O significado dessas tendências toma vulto quando se leva em conta que, nesse período, a borracha de plantação dominava a produção mundial de borracha natural e, ainda, se expandia rapidamente. Em 1915, participava com 67,6% da produção global, em 1917 com 79,6%, em 1919 com 87% e, finalmente, com 92% no ano de 1921.

Gráfico 4 – Taxa de Lucro e Distribuição de Dividendo nas Plantações do Oriente, 1915 a 1922



Fonte: Tabelas A.1-2 e A.1-3.

As plantações de borracha natural encontravam-se todas no Sudeste Asiático, em possessões inglesas (Ceylão, Malásia, Índia e Borneo), holandesas (Índias Holandesas) e francesa (Cochinchina). Até 1911, as possessões britânicas eram as únicas a produzir borracha de plantação. Em 1912, inicia-se a produção nas Índias Holandesas e, em 1914, a Cochinchina entra no mercado. Em 1915, a Inglaterra controla 84% da produção asiática, portanto, 56,8% do total da oferta. Em 1921, apesar de reduzir para 73% sua participação relativa no total da produção de borracha plantada, a Inglaterra tem sua participação aumentada na produção global em 10 pontos percentuais.

As Índias Holandesas participaram com 16 e 26% da produção asiática nos anos de 1915 e 1921, respectivamente, o que equivalia a uma participação, nos mesmos anos, de 11 e 24% do que fora mundialmente produzido.

Por sua vez, a borracha silvestre extraída na África e na América do Sul, cuja produção equivalia a 32% da produção mundial de 1915, chega a 1921, compondo, apenas, 8% da produção global de borracha natural.

Em fins de 1921, portanto, a produção mundial dependia em 67% das colônias inglesas, em 24% das Índias Holandesas, em 8% da extração da borracha silvestre na África e América do Sul e, finalmente, em 1% das plantações francesas na Cochinchina.

Os estoques acumulados, a queda de preço e a retração na taxa de lucros atingiam proporcionalmente a todos os envolvidos com a produção de borracha. Contudo, preocupava sobremaneira os capitais ingleses, uma vez que a participação destes nos investimentos totais das plantações orientais era de 57,6% (Gráfico 5).

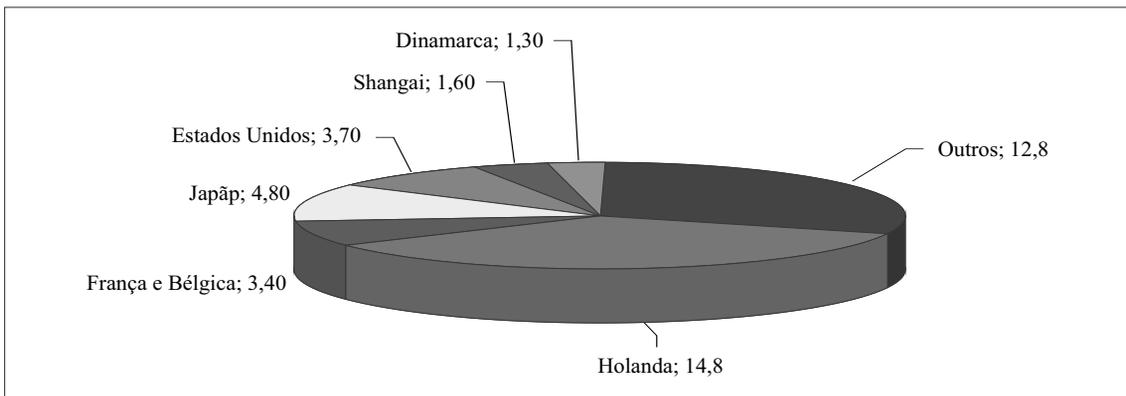
Já em 1917, a Rubber Growers Association, que representava a maioria das companhias inglesas plantadoras de borracha, propõe a seus associados limitar a exportação do ano seguinte a não mais de 80% da safra¹⁰. Tal restrição produz efeitos imediatos, na medida em que a produção de 1918 se reduz em aproximadamente 40,3 mil toneladas (Tabela A.1). Todavia, não se sustenta por muito mais de um ano. Já em 1919, a produção cresce no Oriente quase sessenta por cento em comparação com 1917.

Em novembro de 1920, a mesma Rubber Growers Association volta a promover restrições à exportação¹¹.

Em 1921, a cotação da borracha em Nova Iorque atinge sua cotação mais baixa, de 16,35 centavos de dólar por libra-peso, em decorrência da queda no consumo daquele ano.

É por essa época que o governo inglês aproxima-se oficialmente do problema. Lord Winston Churchill, então Secretário das Colônias, nomeia uma comissão de oito membros, sob a liderança de James Stevenson¹², com o objetivo de estudar a “situação da borracha e as medidas a serem postas em prática para a valorização da preciosa matéria-prima”¹³.

Gráfico 5 – Origem do Capital na Plantação de Borracha¹⁴ no Sudeste Asiático em 1922 (em US\$ de 1924)



Fonte: Tabela A.1-6.

¹⁰ SOARES, 1927, p. 86-87.

¹¹ Propunha um corte de 25% da safra. Concretamente, todavia, só obtém uma redução de 9% na produção de 1921 em relação a 1920 (SOARES, op. cit., p. 87).

¹² Os demais membros da *Rubber Committee* foram Sir Stanley Bois, Sir Edward Brockman, Mr. E. J. Byrne, Mr. W. Duncon, Sir Gilbert Grindle, Mr. H. Eric Miller e Sir Edward Rosling (SOARES, op. cit., p. 88).

¹³ SOARES, op. cit., p. 88.

¹⁴ Segundo Roberto Santos (1980, p. 237), ainda em 1908 a *Rubber Growers Association* compreendia 407 companhias e 231 firmas individuais.

Em 19 de maio de 1922, a citada comissão apresenta ao Ministro das Colônias suas conclusões e propostas que recomendavam “reduzir os excessos de estoques existentes e regularizar os fornecimentos futuros, no intuito de estabelecer um equilíbrio entre oferta e procura e estabilizar a indústria”¹⁵.

Concomitantemente, foi feita uma solicitação ao governo holandês para que medidas idênticas fossem adotadas com relação às suas colônias. Um acordo nessa direção foi tentado até dois de outubro, data em que a Rubber Committee, reconhecendo a indiferença do governo holandês relativamente às suas recomendações, propõe, em relatório complementar, a implementação imediata das políticas já anteriormente indicadas¹⁶. Em 1º de novembro de 1922, na sutil forma de recomendação do Colonial Office, foi expedido o British Rubber Restriction Act, correntemente designado de Stevenson Rubber Scheme¹⁷, ou, aqui no Brasil, Plano Stevenson.

O Plano Stevenson pretendia a valorização da borracha a partir dos seguintes mecanismos:

1. Fixação da produção de cada plantador em um “*standart production – 1922*”, tendo por base a produção nos doze meses decorridos de 1º de novembro de 1919 a 31 de outubro de 1920;
2. Substituição do imposto *ad-valorem*, então vigente, por imposto único de exportação com tarifa variável de acordo com o percentual da safra *standart* que o plantador exportasse. Em princípio estipulou-se para os plantadores que exportassem até 65% da safra *standart* a tarifa mínima de 4 pence por libra-peso exportada. A partir daí, a cada 5 pontos de percentagem a mais, o plantador pagaria um penny adicional de imposto;
3. O teto (percentagem da safra *standart*) até onde incidiria apenas a taxa mínima seria ampliado ou retraído em função das cotações da borracha¹⁸.

Se compreendendo um “intervencionismo liberal”¹⁹, o plano propunha agir sobre o preço internacional do produto pela redução absoluta da oferta ou pela manutenção ou ampliação dessa oferta a preços crescentes resultantes das taxações progressivas, ou ainda, pela conjugação das duas coisas. Para qualquer dos casos, o pressuposto era de uma demanda pelo produto relativamente inelástica: uma redução na oferta provocaria uma elevação mais que proporcional no preço ou uma elevação nos preços produziria uma queda menos proporcional na quantidade demandada. Assim sendo, tanto em uma como em outra situação, a receita total se ampliaria para os países exportadores em detrimento dos países importadores, os quais teriam incrementados seus dispêndios para aquisição de uma quantidade menor do produto²⁰.

15 Apud SOARES, op. cit., p. 89.

16 SOARES, op. cit., p. 98.

17 WILKINS e HILL, 1964, p. 162.

18 SOARES, op. cit., p. 91-97.

19 Durante o processo de discussão que gestou o *Plano Stevenson*, foi rejeitada uma proposta que centrava-se na restrição conjunta ao nível da produção e da exportação, por ser considerada antiliberal (SOARES, op. cit., p. 96-97).

20 Uma análise das condições necessárias para que uma intervenção governamental possa se constituir em “vantagem nacional”, baseada “na possibilidade de se explorar a posição monopolista ou monopsonica de um país nos mercados mundiais”, pode ser encontrada em SIRC (1975, p. 146-147).

Tais efeitos sobre o preço, receitas de exportação e dispêndios com importações dilatar-se-iam se a procura por borracha, além de conformação inelástica, fosse uma demanda em expansão. Em fins de 1922, quando já havia indicações de recuperação da crise iniciada em 1920, e nos albores de 1923, quando se confirmavam expectativas de rápida expansão nos negócios, essa parecia ser a situação da economia americana. O reconhecimento de tal situação esteve na base da argumentação indignada que se seguiu, partindo dos empresários americanos das indústrias que tinham na borracha uma matéria-prima indispensável. No centro do entrevero, o veemente repúdio à quebra do “princípio básico do funcionamento da economia de livre mercado”. Na vanguarda do movimento, estavam as vozes trovejantes dos mais expressivos representantes dos oligopólios de produção de veículos e de artefatos de borracha.

Tratava-se de desconforto legítimo. Não obstante, note-se que estava em jogo menos a preocupação com o fato de que a sociedade americana estaria pagando mais dólares pela mesma quantidade de produto. Isso não teria a menor importância se a sociedade americana tivesse a certeza de vender carros, pneus e artefatos de borracha onerados pelos diferenciais de preços, sem queda de taxa de lucro dos que controlavam a produção de carros, pneus e artefatos de borracha. Estes, entretanto, viviam momentos de incerteza. Ou, visto por outra ótica, lidavam com uma única certeza: a de que, uma vez encarecidos seus produtos, enfraquecia-se o poder de competição diante dos mais fortes concorrentes, com destaque para os capitais ingleses produtores de carros, pneus e artefatos de borracha, favorecidos enormemente pelo Plano Stevenson. A assimetria criada com o esquema comprometia, destarte, o nível da taxa de lucros e, no limite, a própria capacidade de realização de lucro.

Estava em pleno andamento o processo de competição capitalista. Não na sua versão ideológica de concorrência perfeita como princípio básico do funcionamento da economia de livre iniciativa. Mas na sua versão real de concorrência entre monopólios, entre frações poderosas do capital que, hegemônicas entre as respectivas fronteiras nacionais, disputam a hegemonia de mercados mundiais, dos quais cada vez mais dependem para reproduzirem-se de forma ampliada. Competição, em que os preços internacionais são por vezes, mais que uma simples expressão econômica. São, também, manifestação política²¹.

Em 1925, o então secretário do comércio do governo americano, Herbert Hoover, escreveu:

“[...] A borracha natural coloca-se em quarto lugar entre nossas importações – apenas a seda, o açúcar e o café a superam em valor. Três grandes indústrias dependem desta matéria-prima: a manufatura da borracha, a indústria automobilística e a indústria do petróleo (esta através de sua dependência da indústria automobilística). O capital agregado investido nestas indústrias excede US\$ 13.000.000.000 [...]. A

21 “Devo declarar categoricamente que, se a política das valorizações persistir, ela afetará não somente as relações econômicas, mas, também, as relações políticas dos Estados Unidos com os países donde ela emana” (HOOVER apud SOARES, op. cit., p.127).

medida restritiva conhecida como *Plano Stevenson* [...] chamou a atenção do público americano para sua dependência, no que se refere a um produto tão essencial para o nosso modo de vida, de uma certa região sob controle de um único governo. Nós devemos considerar os possíveis efeitos disso sobre nossas pessoas”²².

Antes, em fevereiro de 1923, Harvey Firestone, da Firestone Tire and Rubber Company, considerando os efeitos do Plano Stevenson que, segundo ele, faria crescer em 150 milhões de dólares o valor das importações americanas de borracha crua já naquele ano, convida outros industriais americanos, entre os quais Henry Ford, para uma conferência em Washington. O objetivo seria reunir industriais e governo dos Estados Unidos no sentido de tornar público os aspectos negativos do plano, desenvolver ideias para combatê-lo e avaliar as possibilidades de “estabelecer a cultura da borracha sob controle americano”²³.

A dita conferência efetiva-se nos dias 28 de fevereiro e 1º de março, tendo como participantes, além dos industriais convocados por Firestone, os secretários de estado da agricultura, Wallace, e do comércio, Hoover, além de vários membros do Congresso²⁴.

O pesado lobby da indústria automobilística, no qual se incluíram contactos anteriormente mantidos por Firestone, inclusive com o presidente dos Estados Unidos, Warren G. Harding, não consegue obter um protesto formal do governo americano dirigido ao governo inglês. Consegue, todavia, que seja proposta pelo Executivo ao Congresso uma verba de US\$ 500 mil “para investigar e relatar as possibilidades de desenvolver plantações de borracha nas Filipinas e América Latina”²⁵, com despesas a correrem por conta dos orçamentos dos Departamentos da Guerra e da Agricultura²⁶. A verba foi aprovada e o Departamento de Comércio incumbido, em março de 1923, de levar a termo tais estudos.

Ao mesmo tempo, algumas iniciativas privadas são amplamente noticiadas. Destacam-se, nesses primeiros momentos de vigência do Plano Stevenson, o incentivo dado por Ford e Firestone ao inventor Thomas Edison para que buscasse descobrir espécies vegetais produtoras de borracha adaptáveis ao plantio nos Estados Unidos; a busca, pelas próprias empresas, de áreas no estrangeiro onde pudessem desenvolver o plantio de borracha; e, finalmente, alguns passos dados por um pool de indústrias interessadas na borracha, no sentido de que fosse criada uma empresa, com capital entre 50 e 100 milhões de dólares, destinada a promover o desenvolvimento da produção mundial de borracha. Essa iniciativa, entretanto, estava explicitamente condicionada “à palavra oficial do Departamento de Comércio sobre as investigações relativas às condições da produção de borracha”²⁷, ou seja, aos resultados dos estudos para os quais fora destinada a verba de 500 mil dólares, acima referida.

22 HOOVER (1925, p. 7-8 [tradução do autor deste trabalho]).

23 WILKINS e HILL, op. cit., p. 162.

24 WILKINS e HILL, op. cit., p. 165 e Estados Unidos (Folha do Norte, 1923, serviço telegráfico, p. 3).

25 FIGART, op. cit., p. 7.

26 WILKINS e HILL, op. cit., p. 166.

27 Estados Unidos (Folha do Norte, Belém, 13 mar. 1923. Serviço Telegráfico. p. 3).

CAPÍTULO 2

AS OLIGARQUIAS AGRÁRIAS BRASILEIRAS E A VALORIZAÇÃO DO CAFÉ: COMO FINANCIAR?

Apesar do surto industrial que se verifica nos anos sob influência da I Guerra Mundial²⁸, são os setores agroexportadores, em particular o setor cafeeiro, que, nos anos vinte, se mantém como centro dinâmico da economia brasileira.

E mais, o setor cafeeiro cresce em importância ao longo desses anos, principalmente no período compreendido entre 1919 a 1924. No total das exportações brasileiras, a participação do café cresce de 56%, em 1919 para 75,4%, em 1924, permanecendo em torno de 70% até o final da década. Acompanhando essa tendência, a relação exportação/PNB sai de 0,057 em 1920 para 0,125 em 1924, chegando a um mínimo de 0,096 em 1929²⁹.

Trata-se de um feito impressionante para um produto que, desde fins do século XIX, evolui sob o peso de contínuas instabilidades de preços, associadas a uma permanente crise de superprodução. E, ainda, que durante os anos de guerra perdeu posição relativa no interior da produção social global, pela diversificação agrícola e pelo crescimento industrial.

Esse espetacular sinal de resistência explica-se apenas parcialmente por fatores fortuitos (geada de 1918, por exemplo) e conjunturais – reabertura dos mercados europeus e expansão do consumo americano nos anos imediatamente após a guerra³⁰. Os efeitos daí decorrentes esvaíram-se com a crise de 1921, já mencionada.

O que realmente esclarece a vitalidade do café nesse período são as políticas econômicas de valorização do produto. Tais intervenções, consideradas na sua importância, constituem a expressão mais tangível de que a estrutura política dessa etapa histórica do desenvolvimento brasileiro é marcada pela dominação das oligarquias agrárias que compunham um bloco no poder sob a hegemonia do setor cafeeiro ainda economicamente preponderante³¹.

É que as políticas de valorização acompanham a superprodução do café. São, na verdade, as vias pelas quais as oligarquias cafeeiras transferem, para o conjunto da sociedade brasileira, os ônus das quedas de preços resultantes da superprodução: oscilando, com ênfase, entre a desvalorização cambial, a partir da expansão desproporcional da base monetária relativamente ao crescimento do produto real e a capacidade de importar, e o aumento da dívida pública

28 Naqueles anos “a violenta compressão das importações e a súbita abertura de novas possibilidades de exportação dariam margem a autêntico florescimento industrial. Se entre 1890 e 1914 (período que engloba o encilhamento) haviam surgido 6.946 indústrias no país, de 1915 a 1919 seriam fundadas 5.940” (CASTRO, 1977, p. 74).

29 SILBER, 1977.

30 CASTRO, op. cit., p. 74.

31 As oligarquias estaduais (em cada estado a burguesia ligada à exportação de produtos primários, à produção agrícola ou extrativa para o mercado externo e à importação de bens de consumo e os latifundiários) compoem “uma unidade contraditória particular das classes politicamente dominantes, na sua relação com uma forma particular de estado capitalista”. A oligarquia do café é, aí, fração hegemônica na medida em que constitui “o elemento *dominante* da unidade contraditória das classes politicamente *dominantes*, que fazem parte do bloco no poder”. (Grifos do original) (POULANTZAS, 1971, p. 67-71).

externa, pelos empréstimos no estrangeiro. No primeiro período em que a superprodução se manifesta, quando a cotação média anual da saca de 60 kg passa de 4,09 libras, em 1893, para 2,91 libras em 1896 e a 1,48 libras em 1898, a cotação do mil réis (pence/mil réis) cai de 11 19/32 para 7 7/16 no mesmo período³². No período seguinte (1900 a 1920), a moeda encontra relativa estabilidade e as valorizações feitas nesse meio tempo (a de 1906, inclusive) foram financiadas com recursos externos, especialmente empréstimos.

Nos anos de 1921 a 1923, teve franco curso uma etapa da valorização centrada nas compras, pelo Governo Federal, dos excedentes de café com base em emissões sem lastro. Neste período, ou melhor, entre 1920 e 1923, os meios circulantes passam de 1,8 milhões de contos, para 2,6 milhões³³. A cotação do mil réis reduz de 14 15/32 pence, em 1920, para 5 3/8 pence em 1923 – a menor atingida desde 1889.

É assim que se conseguem manter relativamente estáveis e elevados os preços internos em períodos de preços internacionais particularmente baixos e de escassez de recursos externos para empréstimos ou investimentos autônomos resultantes da crise de 1920-21. Pelo financiamento de estoques evitam-se pressões ainda maiores da oferta sobre o preço externo e estimula-se a sua rápida recuperação a despeito do aumento da produção interna. Com efeito, em 1922 a cotação do café em libras esterlinas havia aumentado em torno de 20% em relação a 1921³⁴.

Essa via de financiamento da valorização do café e de proteção dos lucros das oligarquias cafeieiras traz, todavia, consequências importantes.

Os recursos necessários ao financiamento das aquisições de excedentes e formação de estoques pressionam, como já se mencionou, o orçamento do Governo, desequilibrando-o por completo – entre 1919 e 1922 o déficit governamental mantém-se em níveis muito elevados, chegando a representar 24,6% do dispêndio global do Governo em 1923³⁵. Se, por um lado, isso representa uma flexibilidade da política fiscal no trato dos interesses dos setores oligárquicos preponderantes, por outro induz a uma relativa rigidez no atendimento dos pleitos originados em outros setores da sociedade, inclusive de frações oligárquicas. Isso porque, o rígido parâmetro inferior de gastos determinados pelas necessidades hegemônicas, por colocar-se substancialmente acima das disponibilidades reais da receita fiscal, deixa ao Governo uma estreita margem de manobra entre os gastos mínimos necessários e a desordem financeira interna.

Os deficit do governo, por outro lado, passam a representar pressões sobre a disponibilidade interna de produtos nacionais ou importados. Como na sua gênese, não estão nem a elevação na capacidade de importar, nem a ampliação da capacidade interna de produção de outras mercadorias, que não o café, o efeito imediato dos déficits sobre a taxa de câmbio

32 SILVA, 1976, p. 62-64.

33 FAUSTO, 1972.

34 SILBER, op. cit., p. 178.

35 SILBER, op. cit., p. 182.

não se faz esperar: a moeda interna desvaloriza-se relativamente aos meios de pagamento internacionais e, por essa via, desencadeia uma elevação nos preços dos importados. O que, nas condições da economia brasileira da época, equivalia a uma alta geral no custo de vida. Assim, os aumentos de custo de vida saltam de 3% em 1921 para 10% nos dois anos seguintes e, em 1924, atingem 17% – a maior taxa da década³⁶.

A desvalorização do mil réis diante da libra tem, por outra parte, o efeito de proteger a produção interna de bens industriais, na medida em que funciona como uma taxação de importados. Com efeito, associado à desvalorização cambial, observa-se no início dos anos vinte, um crescimento da produção industrial que alcança seu ponto mais alto no ano de 1923, tendo a partir daí um decréscimo. Até o final da década, o nível de produção industrial de 1923 não volta a ser alcançado³⁷.

Em síntese, o governo federal, enquanto expressão direta da hegemonia cafeeira no seio do bloco de poder das oligarquias agrárias, consegue, no início dos anos vinte, proteger a oligarquia cafeeira em uma conjuntura internacional desfavorável, tanto com relação ao mercado de café quanto ao que se refere à dificuldade de obtenção de recursos externos, quer autônomos, quer de empréstimos. Para isso, lança mão dos deficit fiscais, com cobertura por emissões sem lastro. Essa medida, pela sua ousadia, torna o governo rígido no atendimento de pleitos de outros setores da sociedade em geral e da própria oligarquia³⁸, desvaloriza a taxa de câmbio e empurra para o alto a inflação. A elevação geral dos preços punha em oposição às oligarquias do café classes não ligadas diretamente à agroexportação, tais como importadores, trabalhadores e, em particular, as classes médias urbanas. Trabalhadores e classes médias urbanas acrescidas, aliás, pelo incremento que experimenta a indústria como resultado, mesmo, da desvalorização cambial do período.

Essa política inflacionária de sustentação do setor cafeeiro tinha, portanto, limites estreitos, na medida em que tornava mais efetivas alguns elementos estabilizadores³⁹ da estrutura de poder sob controle das oligarquias agrárias em geral e da oligarquia cafeeira em particular, na medida em que acirrava suas contradições. E, considerando que a tendência da produção de café, como resultado da própria política de valorização⁴⁰, era continuar crescendo mais do que as necessidades mundiais comportavam, assumia status de emergência, tanto a “valorização permanente” do café como a obtenção externa dos recursos necessários a essa operação.

A alternativa que se apresentava de imediato eram os empréstimos, agora (1923/24) que as economias americana e mundial encontravam-se plenamente recuperadas da crise do pós-guerra, com recursos financeiros abundantes e disponíveis. E as oligarquias cafeeiras lançam-se

36 FAUSTO, op. cit., p. 94.

37 SILBER, op. cit., p. 180-181 e gráfico n. 7.

38 As oligarquias da borracha, por exemplo, fazem, sem sucesso, veementes pedidos de ajuda nesse período, como veremos adiante.

39 Sobre a relação entre os problemas econômicos da valorização do café e as crises políticas dos anos vinte, ver Fausto (op. cit. p. 93-94) e Forjaz (1977, p. 18- 19).

40 CASTRO, op. cit., p. 75; FURTADO, op. cit., p. 183.

a eles com desembaraço. De modo que, principalmente, a partir da criação do Instituto do Café de São Paulo, em 1924, a dívida externa brasileira tem um novo capítulo caracterizado pela entrada dos Estados Unidos como emprestadores e pelo inusitado ritmo de crescimento⁴¹.

Em tal contexto, uma eventual elevação dos fluxos de capitais autônomos externos colocar-se-ia, para as oligarquias cafeeiras, como uma possibilidade simplesmente fascinante. Mais ainda, porque as fontes externas de financiamento da valorização do café facultariam ao Governo atuar sobre a inflação e a taxa de câmbio por redução do déficit público. A valorização da taxa de câmbio ameniza a pressão sobre a estrutura de gastos das classes médias e trabalhadores urbanos, de vez que barateia, relativamente, os importados.

Todavia, esse mesmo fato reduz as receitas, medidas em moeda doméstica, dos setores agroexportadores. O setor cafeeiro tem na própria política de valorização a via de compensação. Os demais setores agroexportadores (do açúcar e do algodão no Nordeste, da borracha na Amazônia, da carne no Sul, etc.), ao contrário, teriam que absorver essa perda de receita associada à valorização do café. Isso, certamente, implicaria elevação da possibilidade de oposição à oligarquia cafeeira, no interior do próprio bloco de poder oligárquico.

CAPÍTULO 3

AS OLIGARQUIAS AMAZÔNICAS E A BORRACHA: ABANDONO E DECADÊNCIA

Os anos vinte, na Amazônia, foram marcados pela crise. A esse respeito ressaltem-se dois aspectos. Primeiro que o esplendor da economia da borracha que marcou o último quartel do século XIX e os primeiros anos do seguinte foi, em realidade, um esplendor para as oligarquias amazônicas e, marginalmente, para as classes médias formadas nos grandes centros urbanos. Para os trabalhadores (o seringueiro, principalmente) o período do boom não implicou diferenciação na qualidade da vida, senão pela elevação da miséria. Logo, a crise de que trataremos diz respeito em particular às oligarquias. Para os trabalhadores, uma vez desobrigados dos seringais, deu-se retorno, ou às terras de cultivo como camponês agrícola, quer na Amazônia, onde o acesso a terra não se colocava como problema, quer em suas regiões de origem, ou à condição de camponês extrator autônomo. Segundo, a estrutura de poder oligárquico excluía a representatividade ou subordinava a participação política de todos os demais setores, que não oligárquicos. E, portanto, são essas oligarquias que, confrontando-se com a crise, desempenharão os papéis mais importantes nos eventos que se estudarão nesta parte do trabalho.

41 Apenas empréstimos norte-americanos, feitos em 1921, 1922, 1926 e 1927, totalizavam neste último ano US\$176.500.000; ainda em 1927, foi tomado um empréstimo à França de 405.000.000 de francos. A dívida acumulada com a Inglaterra, nesse mesmo ano, era de 103.137.433 libras (BASBAUM, 1976, p. 135).

Em 1921, a quantidade de borracha exportada pela Amazônia representava 50% da quantidade exportada em 1915 e 45% do volume vendido ao exterior em 1910. O preço médio em libra/t, em 1921, oscilou em torno de 11% do que fora em 1910. Os decréscimos associados da quantidade exportada e do preço no mercado mundial levam a que as receitas de exportação da borracha amazônica representem, em 1921, apenas 5% das receitas em libra com a venda do produto em 1910⁴². O valor bruto da produção da borracha, que em 1910 era de Rs.194.455:334\$000, passa a Rs.33.691:358\$000 em 1920⁴³ - reduz-se a menos de um quinto, portanto.

As exportações totais caem de 355.028 para 142.541 contos de réis de 1910 a 1919, chegando a totalizar, em 1918, apenas Rs. 88.666:000\$000⁴⁴, apesar do significativo aumento na exportação de produtos como a castanha, cuja quantidade exportada cresceu 27% e o preço incrementou substancialmente no mesmo período⁴⁵.

O valor da produção total de produtos primários de origem vegetal e animal em 1920 reduz-se a 57% do valor da produção congênere de 1910⁴⁶ - de 218,3 cai para 123,5 mil contos - apesar do valor da produção agrícola e animal ter mais que triplicado no mesmo intervalo.

A construção civil estagna e a indústria de transformação, que se expande 31% em relação a 1910, representa, em 1920, somente 17% do valor da produção de mercadorias de origem vegetal e animal. Por seu turno, as importações caem de 97.087 em 1910 para 35.207 em 1918 e para 41.934 contos de réis em 1919. Esses são indicadores eloquentes da profunda prostração em que se encontrava a economia da região, no limiar dos anos vinte, comparativamente ao esplendor que experimentara até pouco tempo atrás⁴⁷. Eles permitem avaliar, ademais, o quanto foram atingidas as oligarquias locais nos arranjos articulados pelas cadeias de aviadores, importadores, seringalistas e exportadores⁴⁸ de borracha.

42 Dados básicos de Benchimol (1977, p. 252).

43 SANTOS (op. cit., p. 334-335), quadros A4 e A5 - estimativa da renda interna e custo de fatores. Convém anotar que o autor considerou "como renda do setor primário (...) o valor da produção bruta (...) sem dedução do consumo intermediário" (SANTOS, op. cit., p. 318).

44 Ibid, p. 275.

45 SCHREIBER, 1959, p. 33-36.

46 SANTOS, op. cit., p. 334-335.

47 Santos (1980, p. 237) põe como marco do colapso da economia gomífera na Amazônia o período de 1911 a 1914, quando o peso da produção asiática faz-se sentir violentamente sobre os preços do produto.

48 No sistema de aviação, no período áureo da borracha, nem sempre essas frações de classes são dissociadas. A função de importar está intimamente associada à de aviar seringalista e esta à de comprar borracha cuja exportação é feita, geralmente, pelo agente que financiou a importação e, portanto, a compra da borracha. Isto posto, entende-se como oligarquias da borracha as frações de classes dominantes que se ligam às funções de aviar, importar e exportar (mais os seringalistas), tendo-as como interligadas e por vezes fundidas no processo de obtenção de borracha para o mercado externo. Já aqui convém observar o caráter mercantil e subordinado dessas oligarquias. O aviação era em resumo: o capital mercantil, através das casas aviadoras (importadoras das mercadorias necessárias à extração da borracha) aviando os seringalistas que, por seu turno, aviam os seringueiros; as casas aviadoras financiadas pelas casas exportadoras, estas representantes de importadores mercantis de borracha ou das próprias indústrias dos setores monopolistas do capitalismo do centro. Esta última vinculação realça o fato de que, em última instância, é o capital monopolista que controla o sistema. A esse respeito ver: Costa (1977, mimeo); e De Paula (1981, p. 17-18, [versão preliminar]).

Geradas no processo que gestou a teia de relações sociais necessárias à obtenção, pelos capitais concentrados nos países centrais do capitalismo, de uma crescente e indispensável matéria-prima industrial de origem vegetal da qual não se dominavam as técnicas produtivas, mantidas monopólio do ecossistema originário, da floresta habitat, as oligarquias amazônicas tiveram como base de poder político e econômico, ou seja, condição de existência como frações de classe dominante, o papel peculiar que aí desempenhavam⁴⁹. No momento em que as estruturas por elas geridas não são mais necessárias – quando as frações hegemônicas do capital, no nível do capitalismo como sistema mundial, já não dependem dos rígidos parâmetros da floresta para disporem da borracha, de vez que conseguiram as técnicas de domínio de alguns elementos da natureza, fazendo-a produzir essa mercadoria sob seus desígnios, ou seja, limitada, apenas, ao nível de suas contradições – elas veem solapadas suas posições.

Gerindo frações do capital comercial sob domínio do capital industrial e bancário internacional, as oligarquias amazônicas afirmam-se no sistema mundial ao desempenharam os mais importantes e sórdidos papéis na subordinação do máximo de forças sociais para o inóspito trabalho de extração da borracha silvestre, cuja escala de produção estava na dependência direta e única da dimensão da força de trabalho subjugada. São negadas, todavia, quando se consegue a tecnologia da plantação da hévea brasiliensis, levando à nova situação na qual a escala de produção da borracha natural passa a depender, também e fundamentalmente, de capital produtivo e dos seus efeitos sobre a produtividade do trabalho. Nesse momento, mudam os processos de dominação do trabalho, alteram-se as relações de equivalência entre a mercadoria borracha e as demais mercadorias e são minimizadas as funções do capital comercial como elo entre homens dominados em relação com uma natureza indomada e a acumulação global do capital⁵⁰.

Isso nos leva à noção adicional de que o desenvolvimento das técnicas de plantação da seringueira implicaria, de qualquer modo, superação histórica das oligarquias da borracha, tal como se estruturam da segunda metade do século XIX até 1911/14, quer esse desenvolvimento se desse geograficamente fora, quer dentro do Brasil e da Amazônia. A diferença a considerar é que, para elas – cuja condição de existência e fortalecimento estava na dependência, lembre-se, da sua eficiência na canalização do máximo das forças vivas para extração da borracha silvestre; para elas, dizia – o fato das forças produtivas terem evoluído em outras paragens, tornou essa superação mais traumática e imediata. E, ao mesmo tempo, levou a uma violenta

49 O papel básico desempenhado pelas oligarquias da borracha foi o de criar a população para a exploração da borracha “reinventando” o trabalho compulsório para fazer face a uma contingência: a Amazônia não tinha mercado de trabalho, menos pela densidade populacional do que pela inexistência do monopólio, por uma classe específica, da propriedade da terra e da natureza (DE PAULA, op. cit. p. 16-18; OLIVEIRA FILHO, op. cit. p. 131-133).

50 “[...] depois que o capital se apoderou da própria produção e lhe imprimiu forma específica inteiramente nova – o capital mercantil aparece apenas como capital destinado a uma função particular” (MARX, op. cit., p. 376 [grifo no original]). Nesse momento, para o caso específico de obtenção de borracha, o capital mercantil deixa de se apresentar como a função por excelência do capital.

perda de poder econômico e político local que, de outra forma – na hipótese de aqui ter-se desenvolvido um padrão de produção de borracha plantada – seria contrabalançada pela nova produção, gerada sob a égide das localmente novas relações entre as novas classes sociais (entre as quais uma oligarquia com frações vinculadas à produção agrícola)⁵¹.

Entretanto, as conveniências para o imperialismo, em sua fase colonial, selaram a sorte das oligarquias amazônicas. E o que se assiste entre 1911/14 é a sua destruição, ou quase.

A queda brusca nos preços da borracha, a drástica redução nas exportações e equivalente quebra nas importações reduzem em igual proporção, numérica e qualitativamente (do ponto de vista econômico e político) as oligarquias locais. A lenta, mas real reorganização da economia sob novas bases (agricultura camponesa, produção animal, castanha do Brasil, etc.) as redefine, reafirmando, todavia, o seu caráter mercantil e predominantemente extrativo.

O limiar dos anos vinte encontra as outrora pujantes oligarquias amazônicas enfraquecidas e agonizantes como a própria borracha silvestre, mas a ela ainda fortemente ligadas, uma vez que essa mercadoria seria, ainda, por boa parte da década, o principal produto de exportação. Por isso, as encontramos presas na ambiguidade que deriva de esperanças de retorno ao passado diante das transformações concretas da realidade presente.

Inscrito no colapso geral, o desastre das finanças públicas. Muito estreitamente ligadas às exportações – no Pará, por exemplo, em 1913, as receitas do Governo Estadual provinham em 61 % do imposto de exportação⁵² – as receitas somadas dos governos estaduais da região passam a representar 27%, em 1915, e 11 %, em 1920, do que foram em 1910⁵³. As despesas não se reduzem na mesma proporção, levando ao crescimento dos déficits que, a preços correntes, foram de 1.869 contos de réis, em 1910, e de 60.448 no ano de 1920⁵⁴.

Como decorrência cresce a dívida pública interna que já nos idos, e não tão maus tempos, de 1912 era, no Amazonas, de Rs. 18.072:857\$000 e, em 1915, no Pará, de Rs. 28.159:776\$000⁵⁵.

Até 1912, o total tomado de empréstimo no exterior somava 8,21 milhões de libras esterlinas para toda a Amazônia⁵⁶. No pagamento dos juros da sua parcela (2,3 milhões de libras),

51 Tem-se indagado, frequentemente, das razões que impediram o desenvolvimento, na própria região amazônica, dos plantios de seringueiras. Nesse sentido, há certa perplexidade de alguns analistas desse período, ante – o que entendem como “imprevidência” ou “incompetência” histórica – o fato dessas elites não terem conduzido, na Amazônia, o desenvolvimento de um padrão de produção de borracha plantada. Entendo que isso se explica pelo fato de que suas condições objetivas de *reprodução* (o papel que desempenhava na acumulação) tiravam-lhes a capacidade de *transformação*, na medida em que a força de trabalho, pressuposto para a efetividade desta transformação, era a mesma necessária à continuidade daquela reprodução. Além do mais, contrariamente ao que se passa com economias como a do café, no mesmo período, a economia dos seringais não sofreu crises significativas (até a quebra final) que levassem a fugas de capital para a produção agrícola, por exemplo.

52 SANTOS, op. cit., p. 241.

53 Tomando por base cálculos a preços constantes de *Ibid.*, p. 193.

54 Separadamente e a preços correntes, a receita do Estado do Pará, que era 20.255 contos em 1910, reduz-se a 8.887 em 1915 e a 8.517 em 1920; a do Amazonas, de 18.069 cai para 7.428 e 5.888, respectivamente; e a do Acre, de 19.868 baixa para 5.610 em 1915 (*Ibid.*, p. 40).

55 *Ibid.*, p. 240 e 241.

56 *Ibid.*, p. 199.

o Pará chegava a ter que dispor de 25%, aproximadamente, do total de sua receita e, depois de um grande esforço – que incluía remessas anuais nunca menores de 35 ou 36 mil libras –, a dívida externa cai, apenas, para 2.040.216 libras. Obrigado a um *funding loan*, nesse mesmo ano de 1915, o Estado do Pará elevou sua dívida externa para 3.039.300 libras e comprometeu-se a pagamentos semanais de 800 libras ao longo de 1916; 900 em 1917 e 1.000 no ano seguinte. Entre 1919 e 1925 deveria pagar 1.100 libras semanais; ao longo dos trinta e um anos seguintes, de 1925 a 1956, as remessas deveriam ser de 1.350 libras a cada semana⁵⁷ Em 1920, apenas esse compromisso significava 16% do total arrecadado pelo Governo Estadual.

Atrasos de anos no pagamento do funcionalismo, desmoralização dos títulos públicos, o não cumprimento de compromissos com fornecedores. Essa foi a tônica das gestões estaduais na Amazônia depois de 1913, notadamente nas proximidades dos anos vinte e no início dessa década.

Reiterados pedidos de empréstimos e ajuda foram feitos ao Governo Federal. Até 1920, apenas insuficientes 15.000 contos haviam sido obtidos. As solicitações posteriores a essa data também foram frequentes e, ao que parece infrutíferas. Em fevereiro de 1923, Bento Miranda referia-se ao “pleito de auxílio de 25.000 contos às praças da Amazônia por meio do projeto feito pela bancada paraense no Congresso” ainda na gestão de Epiácio Pessoa, que jazia “encalhado na Comissão de Finanças do Senado”. Adiante aduzia:

“[...] Familiarizados com os bastidores parlamentares, não acreditamos que o encalhe de nosso projeto seja devido a má vontade ou descuido do ilustre relator; mas, certamente à relutância por parte das altas esferas governamentais”.

E esperançoso completava:

“[...] Devemos persistir em consegui-la [a ajuda] junto ao nosso governo [...]. A bancada deve pleiteá-la junto ao Presidente Arthur Bernardes, que nos declarou sem embargos que presidentes amigos pode ter tido o Pará, mas não mais do que ele”⁵⁸.

Aparentemente, o então governador do Pará, Antonio E. de Sousa Castro, compartia o mesmo pensamento. Leal a Bernardes, durante os conflitos que puseram em risco a posse deste em 15 de novembro de 1922, entendia Castro que: “O Pará contará [...] no governo de Arthur Bernardes com os recursos que este possa facultar, dentro da lei”⁵⁹.

Embalado nessas esperanças, viaja ao Rio de Janeiro para tratar com o presidente no sentido de “obter alguns favores da União para o Estado”. Como resultado, algumas promessas vagas relativas à fundação de uma “Companhia” para beneficiamento da borracha, ao reestudo

57 Ibid., p. 277.

58 MIRANDA, 1923, p. 01.

59 Folha do Norte, Belém, 22.12.1922.

de um plano de via férrea suprimido na gestão passada e à manutenção de alguns compromissos assumidos anteriormente pela União para com o Estado. Nenhum auxílio, entretanto, para as combalidas finanças estaduais⁶⁰. O Governo do Estado do Amazonas, no afã de obter os recursos que não conseguira junto ao Governo Federal, aceitou de um sindicato americano empréstimos garantidos por terras públicas e autorizou a construção de uma ferrovia com o direito de apropriação pelo mencionado instituto “de vastos tratos de terra em cada lado da estrada”. A operação foi, todavia, sustada pelo Governo Federal de cujo aval dependia⁶¹.

Naqueles tempos negros para as elites do norte, de nada adiantaram argumentos como os levantados pelo editorial da Folha do Norte de 5/12/22.

“[...] O Pará [embora afastado] é tão brasileiro como os mais prósperos Estados do Sul beneficiados pela União]. [...] Daqui se tem escoado para as arcas federais, fartas parcelas da receita pública e tão minguados têm sido os favores recebidos. [...]. O Pará tem o direito de exigir dos poderes da República algo menos platônico em seu favor, alguma coisa que exprime um pouco [mais] do que indiferença e desamparo”.

Disse-o bem. O Pará tinha o direito de exigir dos poderes da República tudo. Todavia, o peso relativo de suas elites no seio da aliança oligárquica que se apropriara do Estado Nacional, sufocando a representatividade das demais forças sociais, já não lhes dava o poder para obter, concretamente, muito mais do que indiferença e desamparo. Pelo menos, enquanto atender os seus pleitos significasse desviar recursos vitais para as políticas econômicas voltadas para os interesses hegemônicos do café.

CAPÍTULO 4

UMA “ÓTIMA” NOTÍCIA: OS AMERICANOS QUEREM A AMAZÔNIA

Em Belém do Pará, pelo serviço telegráfico do jornal Folha do Norte, entre fins de fevereiro e início de março e 1923, vieram a público as seguintes notícias:

“[...] Washington, 25 - O gabinete reuniu-se ontem à noite em sessão solene regular, a fim de discutir a séria situação em que se encontram os manufatureiros norte-americanos de borracha, devido às restrições impostas à exportação pelos produtores ingleses. O ministro da agricultura, Sr. Wallace, recomendou que estudasse meios de introduzir o cultivo da borracha nos Estados Unidos e em suas possessões [...]”⁶².

60 O Estado do Pará, Belém, 20.01.1923.

61 BASTOS, 1923, p. 01. Ver também GENTIL (1923).

62 Folha do Norte, Belém, 02.03.1923.

“[...] Washington, 28 - Os fabricantes norte-americanos de artefatos de borracha, iniciaram uma conferência que durará dois dias, a fim de serem discutidos os processos que devem ser adotados para combater o monopólio britânico de fornecimento mundial de goma elástica”⁶³.

“[...] Washington, 01 - Por ocasião, ontem, da reunião realizada pela conferência incumbida de estudar os problemas relacionados com os fornecimentos da borracha, o conselheiro da União Pan-Americana, Franklin Adams pronunciou longo discurso apontando a *possibilidade do desenvolvimento e cultura desse produto no Brasil, Peru e outros países da América do Sul*”⁶⁴.

“[...] Washington, 10 - Os fabricantes das indústrias de borracha norte-americanas já deram os passos preliminares para a constituição de uma empresa com o capital mínimo de cinquenta milhões de dólares, possivelmente cem milhões, destinada a promover o desenvolvimento da produção mundial da borracha [...]. [Os interessados] estão recebendo informações relativas às condições atinentes ao desenvolvimento da cultura no Brasil, Colômbia e outros países. [Porém], antes de decidirem sobre a orientação definitiva de sua ação, os industriais da borracha aguardarão a palavra oficial do Ministério do Comércio sobre as investigações desse departamento relativamente às condições da produção da borracha”⁶⁵.

O Governo do Amazonas não careceu dessa última notícia para que telegrafasse, ainda no dia 7 de março: “[...] à União Pan-Americana oferecendo garantias e facilitando às empresas que desejassem explorar a indústria da borracha e outros recursos, no Amazonas”⁶⁶.

O Governo do Pará, no entanto, só se manifestaria após dela ter tido conhecimento, o faz, contudo, no mesmo dia, 13.03.1923, em que isso ocorre. Tomando caminho diferente do que seguiu o seu colega do Amazonas – talvez porque a notícia de que tomara conhecimento naquele dia já indicava, com relativa clareza, que as negociações passariam pelos governos centrais – dirige-se Sousa Castro a Miguel Calmon de Pin e Almeida, em telegrama no qual declara a “[...] convicção de que o Ministério da Agricultura prestará à Amazônia inteiro apoio nessa emergência excepcional em que se acha a indústria norte-americana com relação à borracha”⁶⁷.

Ao mesmo tempo, incumbe os deputados federais paraenses, Eurico Vale e Dyonisio Bentes

63 Folha do Norte, Belém, 04.03.1923.

64 Folha do Norte, Belém, 09.03.1923. (grifos meus).

65 Folha do Norte, Belém, 13.03.1923. (grifos meus).

66 Idem.

67 Ibid.

“[...] da missão de solicitar o apoio e prestígio do Governo Federal para negociações, que não podem ser realizadas [...] com a só responsabilidade e exclusiva garantia do Estado, [no sentido de] aproveitar esta excelente oportunidade para atrair para o imenso vale amazônico os grandes capitais que ali são tão necessários e que não podem encontrar melhor e mais seguro emprego do que na exploração das extraordinárias riquezas que existem naquelas terras”⁶⁸.

Os citados parlamentares estavam autorizados a firmar que, para atrair os capitais americanos, o Governo do Estado do Pará oferecia um programa de negociações em quatro pontos:

1. O Governo do Pará permitiria o uso, através de arrendamentos de longo prazo, das terras de seringais existentes ou a plantar, compreendidas em terras devolutas, as quais perfaziam 5/8 da superfície do Estado;
2. O Estado estaria disposto a promover “convênios” para a exploração florestal “metódica”, explorações minerais e de energia hidrelétrica;
3. O Estado teria particular interesse na instalação de manufaturas de artefatos de borracha, “como ponto importante de suas condições” para as negociações, sob cláusula a ser ajustada com os capitalistas americanos;
4. O Estado promoveria a supressão ou modificação das taxas estaduais de imposto sobre exportação “a benefício dos serviços que os americanos estabelecerem, ficando, naturalmente, todas as terras beneficiadas pelo trabalho dos americanos sujeitas a razoável imposto territorial, cuja tabela ficará acertada oportunamente”⁶⁹.

Após os contatos do Governador do Pará e de seus representantes com o Ministro da Agricultura e outras autoridades federais e, no dizer do Ministro das Relações Exteriores, ainda na primeira quinzena de março, o Itamaraty, de posse de informações obtidas dos governos do Pará e do Amazonas, instrui o Embaixador do Brasil nos Estados Unidos “[...] no sentido de atrair para a Amazônia a atenção da indústria automobilística e da borracha”⁷⁰.

As instruções tinham por estratégia o entendimento não apenas com os meios oficiais, mas, também, com as empresas particulares interessadas no assunto. Nesse sentido, além do embaixador,

“[...] todos os nossos representantes diplomáticos e consulares nos Estados Unidos receberam igualmente as instruções detalhadas para que procurassem interessar praticamente no assunto as principais fábricas de produtos de borracha da América do Norte e grandes industriais mais preocupados com o problema”⁷¹.

68 VALLE, 1923, p. 01.

69 Ibid.

70 Folha do Norte, Belém, 26.6.1923, p. 1.

71 Ibid.

Seguindo as instruções, o embaixador Cokrane de Alencar, em 31 de março, informa ao governo americano “[...] o interesse do Brasil de cooperar para o bom êxito do projeto de desenvolver novas fontes de produção da borracha”⁷².

Ao mesmo tempo, a embaixada publica uma nota oficial nos principais jornais dos Estados Unidos esclarecendo como, objetivamente, se faria essa cooperação.

“[...] o Estado do Pará oferece, com garantia do Governo Federal, aos fabricantes norte-americanos, a exploração das plantações em terras públicas, que são as maiores e melhores fontes da borracha. Para facilitar esse objetivo o Governo do Estado está pronto a modificar as taxas vigentes sobre a borracha e, mesmo, abolir o imposto de exportação desse produto desde que lhe seja dado uma justa compensação. O Governo do Estado está também disposto a facilitar o estabelecimento, com a participação do Estado, das indústrias transformadoras norte-americanas, sem prejudicar a exportação da matéria-prima para os Estados Unidos”⁷³.

A nota segue, observando que o Pará produziria a “melhor borracha do mundo”; que haveria condições para produção pecuária em grande escala, facilidades para a exploração madeireira e mineral, oportunidade para empresas ferroviárias e, encontravam-se disponíveis “enormes quedas d’água” que poderiam ser empregadas para fornecer “milhares de cavalos de energia elétrica”. Declarava, também, que os imigrantes que procurassem o Pará ficariam donos das terras, desde que se comprometessem a cultivá-las e melhorá-las. E, a título de conclusão, afirmava: “[...] o governo federal dos Estados Unidos do Brasil está pronto a negociar [...], numa base pormenorizada, desde que seja necessário concluir um acordo entre os interessados”⁷⁴.

Em resposta, o Secretário de Comércio dos Estados Unidos, Herbert Hoover, em conferência com o embaixador do Brasil,

“declarou [...] que o pensamento do governo norte-americano já estava voltado para a região do Amazonas e já se corporificava mesmo o plano de ser enviada ao Brasil uma missão técnica que viria primeiro ao Rio de Janeiro, indo depois visitar demoradamente a Amazônia”⁷⁵.

Acertada a vinda da missão técnica, o governo brasileiro, através de sua representação diplomática em Washington, e coerente com a postura que marcara a nota acima referida, empenha-se em conseguir que entre os técnicos da citada missão

72 Estados Unidos, abril de 1923. Serviço telegráfico. p. 3, (grifos meus).

73 Ibid. abril de 1923.

74 Ibid. abr. 1923.

75 Folha do Norte, 26.06.1932, p. 1.

“[...] fossem incluídos não só os peritos em assunto de borracha, mas, também, técnicos em outros problemas econômicos da Amazônia, como por exemplo, madeiras em geral, celuloses e outras matérias primas para o fabrico do papel, castanha, cacau e óleos vegetais; as oportunidades para a indústria pastoril, etc.”

Ao obter a anuência do governo americano nesse assunto, o Ministro das Relações Exteriores passa a direção da matéria ao Ministro da Agricultura, aproveitando o ensejo para congratular-se pelo que classificou de “inteiro êxito das negociações do Itamaraty”.

Do episódio, três aspectos merecem destaque. Primeiro, quer o Governo do Amazonas, quer o do Estado do Pará – especialmente este –, não restringem a possibilidade de aplicação de capitais americanos à borracha. Ao contrário, parecem ver nessa “emergência excepcional em que se acha a indústria norte-americana”, a oportunidade de revitalizar as combalidas economias dos respectivos Estados, tendo presente uma necessidade de diversificação de atividades e, no caso do Pará, de montagem de alguma infraestrutura. O Governo do Amazonas oferece facilidades e garantias às “empresas que desejassem explorar a indústria de borracha e outros recursos”. O Governo do Pará pretende levar para a mesa de negociações um leque de oportunidades de investimentos para os capitais americanos (borracha, minério, indústria de borracha, madeira e fontes de energia) tendo como trunfo uma política liberal de uso das terras e favores fiscais. Isso equivaleria, em linguagem da tecnocracia de estado atual, a um “programa de desenvolvimento com base em capitais externos de risco (autônomos) a serem compensados por uma liberal política de terras e por incentivos fiscais”.

Segundo, o Governo Federal vai mais além ao ampliar a proposta incluindo a pecuária, ferrovias e emigração, empenhando-se por ela quando dos seus esforços junto aos capitalistas e governo americanos.

Terceiro, o poder central encampa a proposta como sua e procura passar a idéia de que seus sucessos diplomáticos são um primeiro passo nos esforços dos poderes da República para a solução do problema da Amazônia e atendimento dos anseios das suas oligarquias. A esse respeito, são elucidativas as palavras de Hannibal Porto quando, em missão oficial, representando o Ministro da Agricultura, proferiu uma palestra, em Belém, na sede da Associação Comercial do Pará, em agosto de 1923. Tendo como horizonte o “futuro radioso que virá para a Amazônia com os capitais americanos” assim discursa:

“[...] trago-vos a palavra de animação, apoio e de fé do Governo da República no momento em que é lícito esperar que se rasguem aos vossos destinos perspectivas dignas de vossa inteligência, de vosso patriotismo e de vosso imenso futuro. Os grandes dias que vos esperam, devem-se a Arthur Bernardes que desde o começo de sua suprema investidura encarou o problema tão complexo e delicado, mas tão profundamente nacional da região Amazônica. Foi uma felicidade que pusesse na pasta da agricultura Miguel Calmon que foi o primeiro a alertar quanto aos perigos

que representavam para os interesses nacionais e regionais as plantações do Oriente [...]. Compreendeu-se, pois [...] que seu espírito de patriota encontrara nas singulares disposições do eminente brasileiro que dirige a nação o ensejo há tanto tempo desejado para demonstrar à Amazônia a fidelidade de sua simpatia e de seu apreço justamente fundado na compreensão perfeita do imenso valor material e moral deste considerável pedaço do Brasil”⁷⁶.

E, após historiar os esforços feitos pelos Ministros Calmon e Pacheco, desde que o Presidente da República, “compreendendo as vantagens de ser a Amazônia a preferida pelos capitais americanos”, autorizou démarches no sentido de ter “essa preferência assegurada”, conclui:

“[...] A intervenção do governo da República foi, portanto, pronta, resoluta e decisiva e estais vendo, assim, que, após tantos anos de descuido da União pela vossa sorte, [...] o momento chegou de verdes beneficiados por uma assistência que, esperamos, seja completa e eficaz. [...] A vinda da missão científica americana, o primeiro passo nacional para a restauração desta maravilhosa zona da Federação Brasileira”.

Posição semelhante já fora expressa por editorial de um jornal do Rio de Janeiro, transcrito na imprensa de Belém, no mês de julho de 1923. Ali, depois de acentuar que haveria alternativas para os misteres dos capitais americanos (são mencionados a Bolívia e o Peru) atribui o “fato” da preferência ser assegurada para a Amazônia brasileira a um esforço deliberado do Governo Federal.

“[...] É preciso desde logo acentuar que a resolução da vinda das missões técnicas americanas, precursoras prováveis do capital, foi deliberadamente provocada pelo nosso governo; não proveio de decisões já assentadas nos Estados Unidos, nem de circunstâncias fortuitas que se acomodassem aos nossos interesses”⁷⁷.

Esforço este feito no sentido de atender anseios e necessidades da Amazônia, para cujos problemas o poder central, bem o demonstrara, estava alerta.

“[...] O que foi feito [...] deve dar aos nossos concidadãos, habitantes das longínquas regiões setentrionais, a certeza de que se enganavam quando se supunham inteira e definitivamente abandonadas pelo poder central [...] Pois, se, até então, a Amazônia havia encontrado surdo, mais ou menos, aos seus apelos aflitivos, o poder federal,

76 PORTO, 1923.

77 Os Americanos na Amazônia.

encontrou-o agora absolutamente atento, solícito, zeloso já da parte do Sr. Presidente da República, inteiramente ao par das necessidades clamorosas e indissimuláveis da região, já da parte do Sr. Ministro das Relações Exteriores, [...] já da parte do Sr. Ministro da Agricultura. Porquanto há hoje na União um governo que não vacila em ir ao encontro dos seus justos reclamos, procurando, para isso, os caminhos que melhor e maior proveito eventualmente deixem à Amazônia e ao Brasil”⁷⁸.

A verificação desses aspectos dá uma dimensão importante aos fatos já relatados. É que, naquele momento, o “atrair capitais americanos para a Amazônia” toma foros de uma política nacional de ocupação da Amazônia, de um projeto político das frações hegemônicas das classes dominantes em nível nacional relativamente à utilização dos recursos naturais da região⁷⁹. O que é, de resto, completamente aceito pelas oligarquias locais. Mas não sem alguma relutância⁸⁰.

CAPÍTULO 5

RESULTADO DE UMA DISCUSSÃO: A “AMAZÔNIA” QUER OS AMERICANOS

Em 11 de janeiro de 1922, o preço por quilo da borracha era, em Belém, de Rs.2\$700. Em 20 de junho estava reduzido a Rs.1\$900. Em 1º e 31 de dezembro do mesmo ano a cotação alcançou as elevadas cifras de Rs.3\$300 e Rs.3\$450, respectivamente. No dia 25 de janeiro de 1923 a borracha alcançava a cotação de Rs.5\$500/kg⁸¹.

Essa rápida e forte reação resultava do efeito conjunto do Plano Stevenson (posto em andamento em novembro de 1922) e da desvalorização da taxa de câmbio – a taxa média anual de câmbio (Réis/Libra) sai de Rs. 33\$994, em 1922, para Rs.44\$971⁸². Ou seja, era a forma como se manifestavam, em Belém, coisas aparentemente tão distintas como a política inglesa de valorização da borracha e a política brasileira de valorização do café.

Nos centros urbanos da Amazônia, essas evoluções têm o efeito de reacender esperanças.

78 Ibid.

79 O fato dessa “proposta” não ter resultado, concretamente, em mais do que no Projeto Ford – ou seja, não houve a avalanche de capitais que se cogitava – não elimina a sua importância enquanto expressão de uma postura, tanto do Estado Nacional capturado pela oligarquia cafeeira, quanto os Estados locais diante da Amazônia e o capital estrangeiro; enquanto efetiva disposição de “fazer” a ocupação da região com capitais americanos, desde que estes a tanto se dispusessem – o que era obviamente esperado.

80 Apesar das relatadas iniciativas dos governadores do Pará e do Amazonas, a possibilidade da vinda de capitais americanos provoca um debate – cujos elementos essenciais reproduziremos no próximo segmento – no qual ficam expressas divergências mais ou menos importantes, a respeito do assunto, no seio das elites locais. Divergências que, todavia, são rapidamente superadas de modo que, pelo menos no Pará, a posição do governador é, ao final, amplamente louvada. Entretanto, suas ações são postas como subsidiárias subsequentes às iniciativas do Governo Federal.

81 Folha do Norte, Belém, 04.03.1923, p.2.

82 BENCHIMOL, op. cit., p. 252.

“[...] A elevação do preço da borracha abriu entre nós, um novo horizonte de esperanças animadoras. Há como num despertar de vida nova depois dessa derrocada em que foram submergidos todos os interesses econômicos da região amazônica”.⁸³

Esperanças que, todavia, fazem-se em meio a dúvidas e incertezas: “[...] O preço atual a que chegou o nosso principal produto é, realmente, remunerador e com ele – sendo mantido por muito tempo – poderemos nos erguer e salvar da temerosa crise que nos aniquila”.⁸⁴

Eis a questão fundamental que o Plano Stevenson (é este que é posto como único responsável pelas melhoras nos preços) colocava para as elites econômicas e políticas do Pará e da Amazônia: seria ele duradouro o suficiente para soerguê-las, salvá-las?

Na dúvida, a expressão do que a ela está subjacente: a impotência diante do próprio destino traçado nos liames de sua dependência externa. Nas esperanças, que pouco a pouco se transformam em euforia mal contida, uma manifestação da incapacidade de avaliar o presente e o futuro em decorrência da incapacidade de verem-se como realmente eram: historicamente ultrapassadas, em sua dependência. No centro da ambivalência, a questão: “poderemos nos erguer e salvar?”. Oscilando entre a quase certeza e a dúvida, os procedimentos e as opiniões.

É o entusiasmo que leva os seringalistas do Amazonas a, argumentando com os novos preços e com as novas perspectivas trazidas pelo “Plano Stevenson, solicitarem recursos do Governo Federal para reabertura dos seringais”⁸⁵. É, também, o entusiasmo que leva os seringalistas do Pará a retomarem a força na provocação dos políticos da terra no sentido de que dessem nova movimentação no Congresso para que velhas solicitações de empréstimos fossem agora atendidas⁸⁶.

Por seu turno, é o ceticismo e a incerteza que levam à formulação de opiniões que compreendiam o Plano Stevenson como uma ilusão passageira que, ao desvanecer, só completaria o despovoamento e a ruína dos seringais que restavam. Essa incerteza deriva, para Fernandes, de uma convicção: a de que o esquema de obtenção de borracha nativa ruiria definitivamente: “[...] Uma das organizações de trabalho mais importantes do Brasil, onde foram gastos rios de dinheiro para construí-la, também, milhares de vidas e cuja organização nunca mais voltará [...]”.

Onde estaria, pois, a salvação? Na intervenção do Governo Federal: “[...] nos destinos da borracha, como tem feito com o café, ou então que venham os capitais estrangeiros em seu socorro”⁸⁷.

É a segunda dessas alternativas que Fernandes entende como a mais viável: “[...] em virtude da necessidade que eles têm de nossa goma elástica, por ser ela a melhor do mundo e imprescindível, portanto, nas grandes indústrias de artefatos.”⁸⁸

Esse discurso, que se contrapõe às adesões ao Plano Stevenson, antes mesmo de se conhecer a reação dos Estados Unidos às novas condições de mercado, coloca a priori importantes aspectos

83 CARVALHO, 1923, p. 1.

84 Ibid.

85 PORTO, 1923, p.1

86 Declaração do deputado federal Bento Miranda (apud CARVALHO, op. cit., 1923, p.1.

87 FERNANDES, 1923, p.01.

88 Ibid.

que vão ser retomados na polêmica que se trava depois de se ter tomado conhecimento das intenções americanas. Nesse sentido, os seguintes pontos merecem destaque:

- Nega a eventual importância do Plano Stevenson na resolução dos problemas locais;
- Entende como morto o esquema de exploração da borracha nativa;
- Mas não consegue ver solução definitiva, fora dele;
- Por isso, só consegue imaginar soluções extraordinárias, quais sejam:
- Um poder político que reconhece não ter e,
- Uma qualidade excepcional da borracha silvestre, capaz de atrair o capital estrangeiro – este, em si, o elemento dinamizador infalível.

Já em março, estão em andamento na Amazônia duas manifestações da problemática da borracha nos idos de 1923. De um lado, os preços mais elevados e compensadores como uma decorrência do Plano Stevenson e de movimentos na taxa de câmbio. De outro, a perspectiva de que poderosos capitais americanos demandassem a Amazônia no sentido de lá estabelecerem uma base de produção de goma elástica, no intuito de solapar o monopólio inglês que permitiu o Plano Stevenson.

Em torno dessas questões, das relações entre elas próprias e entre elas e as condições concretas dos grupos sociais dominantes locais, é estabelecida uma rápida polêmica⁸⁹ que se desenvolve entre março e agosto de 1923, mês de chegada da missão americana.

Importante tornou-se tal debate por derivar pontos-chaves de estratégia global e setorial daquilo que se entendia por “soerguimento da Amazônia”. Noção inicialmente imprecisa – “consecução de nosso momentoso problema”, “resolução deste grave problema” – o que seria o processo para o “soerguimento da Amazônia” vai se delineando de modo pouco sistemático, mas claro, até que seus pontos vitais são elaborados em um corpo de ideias, cuja coerência está determinada pelo que há de específico nas oligarquias amazônicas, nas suas relações internas, entre as suas diversas frações, e externas, com as oligarquias nacionais e o capital internacional.

O primeiro nível da discussão dá-se a respeito da relação entre Plano Stevenson, capitais americanos e interesses “regionais”. O que é posto, evidencia duas linhas de argumentação. A primeira, parte da constatação de que o interesse de última instância dos americanos seria o de baixar, ao mínimo, o preço da borracha – ,interesse que precede o Plano Stevenson e o determina.

⁸⁹ O que vem a seguir não pretende ser uma análise da ideologia das diversas frações das oligarquias da Amazônia. Apenas pretende reproduzir uma discussão ideológica tendo como referência o fato de que ela está ligada às diferentes posições dessas frações ao nível da estrutura econômica e do bloco no poder. A discussão referida se dá em Belém, através de vinte e três artigos, editoriais e uma reportagem (com empresários e políticos locais) nos quais estão refletidas opiniões diversas de, pelo menos, igual número de pessoas – intelectuais, políticos, comerciantes e seringalistas.

“[...] Os preços oferecidos no mercado pelos industriais americanos, preços aviltantes para o produto, não remuneravam mais o custo da produção [...]. Nem depois de reduzidas ao mínimo todas as despesas, eles [os plantadores da borracha do oriente] podiam produzir borracha aos preços ínfimos que os industriais ofereciam pelo produto [...]”⁹⁰.

“[...] de um lado estão eles – os baixistas da borracha – manufactureiros, com o fito exclusivo de baixar ao mínimo o preço da borracha [...]”⁹¹.

Por assim ser, o que na verdade pretenderiam os americanos seria usar a Amazônia de modo a fazer capitular os ingleses. Apenas isso: “[...] os manufactureiros se agitam, servem-se da Amazônia como espantinho para fazer recuar os plantadores [...]”⁹² ou “[...] infligirem aos plantadores asiáticos uma derrota e auferirem o maior lucro possível”⁹³.

Desse modo, as pretensões americanas contrariariam interesses imediatos da região, pois

“[...] estamos gozando os frutos desse convênio [*Plano Stevenson*]. Se ele não existisse [...] o Pará e o Amazonas estariam sofrendo a mais terrível das crises, a crise do despovoamento”⁹⁴.

“[...] gastarão o mínimo possível em melhoramento e beneficiamento e, se possível, só sangrarão as árvores nativas [...] e isto o mais barato e rapidamente possível”⁹⁵.

Em resumo, essa linha de argumentação opõe à realidade do Plano Stevenson a pouco crível efetivação das expectativas geradas em torno dos aventados investimentos americanos. Nesse sentido, privilegia as vantagens conjunturais do Plano Stevenson e acentua o antagonismo entre este e as propostas americanas. A segunda linha de argumentação parte justamente do caráter conjuntural do Plano Stevenson e o contrapõe às necessidades de transformação estrutural de que careceria a Amazônia.

“[...] É impossível prever a duração da alta [de preços] atual resultante, como é, das medidas restritivas do Governo da Inglaterra em relação à borracha de plantio em suas colônias, a fim de acautelarem os capitais ingleses para ali drenados. [Esse] empenho é assaz precário [...] e não resolve de modo algum o grave problema. [A]

90 MOREIRA, 1923.

91 BASTOS, 1923, p. 1.

92 MOREIRA, 1923, p. 1.

93 BASTOS, 1923, p. 1.

94 MOREIRA, 1923, p. 1.

95 BASTOS, 1923, p. 1.

solução adequada, não está, naturalmente, em medidas de emergência, por melhor inspiradas que sejam [...] [e] [...] estou convencido de que a situação da Amazônia só se resolverá pela inversão de grandes capitais, que façam dela o que os ingleses fizeram do Ceilão”⁹⁶.

O raciocínio, nesse caso, é de que o problema fundamental da Amazônia é indissociável do monopólio inglês da borracha de plantação e a resolução prende-se à destruição desse monopólio. Para isso, seria necessário, apenas, produzir em quantidade e preços de produção competitivos, pois a borracha da Amazônia teria um trunfo em relação à borracha do Oriente: a qualidade.

“[...] uma vez que a Amazônia produza borracha suficiente para competir com a produção oriental – o que, aliás, é fácilimo – a Inglaterra largará a sua presa e nós falaremos do alto. [...] Retomaremos a hegemonia da produção uma vez que somos os detentores indesejáveis da superioridade do látex”⁹⁷.

Em síntese, para os adeptos desse raciocínio dever-se-ia buscar a solução definitiva para a Amazônia, que não estaria em acatar os efeitos parciais benéficos do monopólio inglês sobre os preços mas, ao contrário, em obter meios para negar esse monopólio – naturalmente pela reconstituição do monopólio brasileiro, cuja base se assentaria na exclusiva superioridade do látex amazônico⁹⁸ associada a uma escala de produção compatível com as atuais dimensões de mercado

A consecução desse objetivo colocava algumas questões estratégicas. A primeira delas relacionava-se com as fontes de financiamento. Para esse papel, o capital local não é sequer cogitado durante toda a discussão. O capital nacional, por seu turno, entendia-se como insuficiente à empreitada: “[...] Com os capitais nacionais é evidente que não poderemos contar, porque são tão reduzidos e, mesmo assim, tão solicitados que nem por hipótese seria possível apelar com êxito para o seu auxílio”⁹⁹.

Logo, haveria de se recorrer ao “[...] único recurso eficaz que se impõe no interesse da economia nacional – a importação de capital estrangeiro”¹⁰⁰.

96 PORTO, 1923, p. 01.

97 Folha do Norte, 10.03.1923, p. 01.

98 Essa suposta superioridade da borracha da Amazônia, relativamente à do Oriente, é colocada por grande número de articulistas. A crença, em todos os casos, dá a certeza de que a opção americana se faria inevitavelmente pela Amazônia. Logo, o que se estava discutindo não era se os americanos viriam ou não. Era, isto sim, se isso era conveniente. Com relação à hipotética superioridade da borracha amazônica, assim se refere um relatório dos americanos sobre a região, em 1925: “[...] Os sul-americanos geralmente acreditam que o produto amazônico é superior ao que resulta das plantações do Oriente [...]. Entretanto, com os recentes avanços nos processos de preparação da borracha de plantação tem sido demonstrado não haver razões de considerar o látex amazônico inerentemente melhor e o sistema de coagulação responsável por uma borracha superior” (SHURZ et al., 1925, p. 18 [Tradução do autor]).

99 PORTO, 1923, p. 01.

100 Ibid.

Sob que forma poderiam esses capitais serem carreados? Empréstimos ou capitais autônomos de risco? Esse aspecto é detidamente analisado¹⁰¹ e, após serem estabelecidas as estreitas relações entre os empréstimos estrangeiros e a bancarrota em que se encontravam os governos estaduais e municipais da região, ficava patente quão oportuno seriam os capitais autônomos. Nesse aspecto se é taxativo: “ninguém terá o contra-senso de negar os benefícios advindos da aplicação desses dinheiros”¹⁰².

De onde poderiam advir os investimentos externos de risco?

“[...] Estes capitais não podem sair da Europa exausta [...] onde [...] de quando em quando surge o trágico vocábulo “guerra”¹⁰³ “[...] Contrariamente, na América, hoje. Existe a pletora do dinheiro e ela sente os efeitos dessa apoplexia. As suas exportações estão sofrendo uma natural restrição, os juros bancários não oferecem uma remuneração razoável ao capital. E os americanos precisam dar saída do seu dinheiro em busca de melhor remuneração”¹⁰⁴. [Por isso], “[...] firmar contacto com os norte-americanos para exploração de nossos seringais parece-nos, nesta emergência, um ato de alto patriotismo e de larga visão do futuro”¹⁰⁵.

E, para que isso seja efetivado,

“[...] Compete aos poderes públicos o dever de patrocinar eficazmente a organização de empresas idôneas, facilitando-lhes não somente a aquisição de terras apropriadas. senão, também, concedendo-lhes favores, tendo em vista atrair capitais que não virão conduzir nossas terras mas sim valorizá-las”¹⁰⁶.

Do ponto de vista desses debatedores, são os capitais estrangeiros, principalmente os americanos, os que poderiam constituir a fonte de financiamento possível de uma nova fase da borracha, do soerguimento da Amazônia, da retomada da hegemonia amazônica, da reconstituição do monopólio da região sobre o produto. Daí, o patriótico dever de atraí-los, concedendo-lhes favores e dando-lhes terras.

À lembrança da: “[...] necessidade de defendermos e assegurarmos nosso direito de senhores da terra [e do] [...] amor ao patrimônio legado pelos antepassados”¹⁰⁷, é contraposto o conclave: “[...] Venham os americanos, [...] venham os alemães [...]; venham mais, todos

101 MAIA, 1923, p. 01.

102 Ibid.

103 PORTO, 1923.

104 MOREIRA, 1923, p. 01.

105 Folha do Norte, 10.04.1923, p. 01.

106 COSTA, 1923, p. 01.

107 BASTOS, op. cit., p. 01.

os países civilizados e progressistas do planeta que, ainda assim, na Amazônia portentosa sobrarão muita terra e muita seringueira”¹⁰⁸.

Aliás, esse caráter, “progressista e civilizado”, do capital estrangeiro é rapidamente incorporado à discussão com certa conotação mística que atribui poderes de transformação “ao toque”, ao conhecimento técnico, à superioridade da raça e à capacidade dirigente dos americanos. Entendia-se, assim, que

“[...] A inversão de capitais americanos na Amazônia transformaria, ali, rapidamente a rotina; as condições de vida se modificariam por completo, tornando-a, de infernal que é, na realidade suportável e medianamente agradável”¹⁰⁹.

E mais,

“[...] [enquanto] raça superior e dominadora, ensinará a gente a ter higiene, a querer, a fazer economia, e erguerá núcleos modelares de atividade, aproveitando os recursos da natureza que serão transformados em cidades do amanhã. Mas, o americano, que é mais forte pela raça e pelo dinheiro, com direitos incontestáveis de senhor, explorará o mais fraco, embora exercendo uma soberania benéfica, melhor talvez que a atual para o seringueiro, e faz muito bem. Dessa forma a civilização penetrará no Amazonas por processos singulares, mas, enfim penetrará”¹¹⁰.

Nessa última afirmação está presente a noção, explícita, de que fazer-se o “progresso” com os capitais americanos implicaria o indissociável reconhecimento dos seus “direitos incontestáveis de senhor”. Isso, todavia, não só é aceito como, desejado.

Nesse sentido, é interessante anotar que, em toda discussão, excetuando as asserções de Orminda Bastos e algumas preocupações expressas por Vidal¹¹¹, não são consideradas as questões relativas ao poder político que derivaria da propriedade estrangeira dos meios de produção, principalmente da propriedade da terra, em oposição ao poder político dos grupos dominantes locais. Quando eventualmente postas, são dissolvidas em expressões de confiança quanto à capacidade de controle dos poderes federais e estaduais – confiança fundamentada na grandeza moral dos homens públicos e na justeza das leis em vigor.

José Carvalho, por exemplo, indaga: “[...] a quem devemos temer em relação ao nosso futuro político frente às alegadas disposições imperialistas dos americanos?” E responde:

108 CARVALHO, 1923a, p.01.

109 PORTO, op. cit., 1923, p. 01.

110 MAIA, op. cit., p. 01.

111 BASTOS, op. cit., p.01

“[...] O Governo Federal é presidido por um homem a quem se faz os maiores elogios. Dele, pois, nada devemos temer sobre o assunto. O Governo do Estado é presidido por um moço que [...] tem-se revelado um administrador modelar, cheio de maior boa vontade de servir aos interesses superiores de seu Estado. Assim, não será ele que venha comprometer os destinos de nosso futuro industrial, comercial e político”¹¹².

Com tais garantias, completa: “[...] aproveitemos (os capitais americanos) [...] e deixemos às nossas chancelarias a argúcia de se precaverem contra possíveis futuras expansões imperialistas”¹¹³.

Houve até quem visse na presença estrangeira uma fonte de poder para a Amazônia, pois “[...] os estrangeiros, usando o poder das embaixadas, elevarão o poder político da região”¹¹⁴.

Finalmente, a garantia das leis. Em dupla direção: como garantia da soberania e como segurança do capital aplicado:

“[...] Nós só poderemos aceitar a colaboração estrangeira, qualquer que seja ela – americana ou não – dentro do patrimônio e do controle da nossa soberania e das nossas leis. Mas [...] é preciso que o estrangeiro que aqui tenha de empregar grandes somas, de capital e de interesses, possa fazê-lo com segurança e descansados nas garantias efetivas dessas mesmas leis”¹¹⁵.

Eis o corpo de ideias que transformou a chegada da missão americana em Belém numa verdadeira apoteose e o governador, que tornou possível “tamanho benefício”, em herói. A Folha do Norte, em editorial festivo do memorável dia, assim expressa-se:

“[...] A ninguém é lícito duvidar das vantagens que essa visita virá trazer ao problema, cuja solução já parecia irrealizável, das condições de vida e possibilidades do extremo Norte”.

[...] Não podemos calar o grande esforço e o patriótico interesse que tomou o eminente Dr. Sousa Castro, Governador do Estado, para a conquista de tamanho benefício. Cabem ao digno cidadão, os nossos louvores e o nosso reconhecimento pelo início da obra memorável que se vai realizar”¹¹⁶.

112 CARVALHO, 1923b, p.01.

113 Folha do Norte, Belém, 10.04.1923, p. 1.

114 MAIA, 1923, p. 01.

115 CARVALHO, 1923b, p. 01.

116 Folha do Norte, 10.07.1923, p. 01.

Corpo de ideias que foi a base da palestra do representante do Governo Federal, Dr. Hannibal Porto, feita à missão americana, na Associação Comercial do Pará, em presença das mais expressivas representações das oligarquias paraenses, além da própria “missão”. A conferência teve o sugestivo título de “Pelo Soerguimento da Amazônia” e os aplausos recebidos não poderiam ter sido mais calorosos.

É que, aquela “missão” fora transformada, entre sua concepção e aquele momento (em pouco mais de quatro meses, portanto), em muito mais do que uma equipe de reconhecimento do capital americano. Ela era entendida – e ali fora explicitado – como o primeiro passo de um projeto de ocupação da Amazônia assumido, quer pelos poderes centrais, representativos das frações hegemônicas das oligarquias nacionais, quer pelas frações oligárquicas de nível local.

As posturas das oligarquias paraenses – e sua aceitação da idéia do soerguimento com base no controle estrangeiro dos meios de produção – devem ser entendidas à luz das suas condições concretas, em que dois aspectos são tidos como fundamentais.

Primeiramente, a extrema fragilidade econômica em que elas se encontravam e a marginalidade política consequente no interior do bloco no poder em nível nacional. Isso lhes tirava a capacidade de, na prática, levar adiante qualquer projeto de maior envergadura, de reestruturação econômica sob sua direção. Deixa surgir, ao mesmo tempo, a ideia de uma aliança tática, com o capital estrangeiro, para aumento do seu peso relativo no interior, mesmo, do bloco no poder¹¹⁷.

Em segundo lugar, o seu caráter eminentemente mercantil-exportador levava a que:

- a) Qualquer projeto de reestruturação econômica somente lhes interessaria de imediato se implicasse a canalização do trabalho disponível para a produção de mercadorias de exportação, de tal forma que a obtenção dos meios de reprodução da força de trabalho ficasse condicionada à importação e, por essa dupla via, quedasse assegurado às suas frações mais fortes, a apropriação de parcelas significativas do excedente gerado – o que, de certa forma, explica o desprezo e a impaciência em relação a uma reestruturação econômica voltada para as necessidades próprias da população trabalhadora da região;
- b) Fosse indiferente em relação ao controle da propriedade da terra e dos recursos naturais¹¹⁸.

117 “Os estrangeiros usando o poder das embaixadas, elevarão o poder político da região”, já citada, ver nota 116.

118 Das frações da oligarquia da borracha a que mais dependia da propriedade de meios de produção eram os seringalistas. Mesmo ela, entretanto, não teve sua condição de existência na propriedade da terra, mas sim, em dispor do capital necessário à montagem de um seringal: um seringal não é uma extensão de terra; é um certo número de estradas (caminhos que conectam as seringueiras na mata, com perímetro de 10 a 15 quilômetros, unindo em torno de 150 árvores - cada seringueiro teria que percorrer um desses caminhos duas vezes por dia, tendo dois deles como local de trabalho) e o barracão de venda de mercadorias e compra de borracha (expressão maior da soberania do capital mercantil na economia da borracha silvestre). Contudo, creio poder atribuir a componentes dessa fração os argumentos de defesa do patrimônio e do *Plano Stevenson* que se fizeram presentes na discussão acima em parte reproduzida - argumentação que não encontra eco mais forte entre os próprios seringalistas em virtude, talvez, da crença, que também está presente, de que os americanos viriam comprar os seringais já existentes a altos preços (BASTOS, 1923; MAIA, 1923). Sobre o seringal ver, também, Oliveira Filho (op. cit., p. 131-132) e De Paula (op. cit., p. 44-46).

Em síntese, por serem mercantil-exportadoras, as elites amazônicas estavam fundamentalmente preocupadas em “soerguer” as “praças” de Belém e Manaus, enquanto entrepostos da região e do mercado mundial (ou seja, em promover o aumento do fluxo de mercadorias a serem movimentadas pelos comerciantes dessas cidades). Mesmo que esse objetivo implicasse o monopólio da propriedade da terra e dos recursos naturais por capitais estrangeiros, desde que essa fosse a única via que se lhes apresentasse¹¹⁹.

CAPÍTULO 6

A MISSÃO NORTE-AMERICANA NA AMAZÔNIA

Entre os dias primeiro e três de agosto de 1923, chegam a Belém os membros da American Rubber Mission encarregada pelo Congresso Americano de investigar e relatar as possibilidades de desenvolver a atividade de plantação de borracha na América Latina¹²⁰. A equipe era composta de quatro membros do Departamento de Comércio e igual número do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Entre eles, peritos em solos, botânica e economia¹²¹. O Governo brasileiro nomeou uma Comissão especial, designada Comissão Brasileira de Estudos Econômicos da Amazônia, para cooperar com a equipe americana¹²².

Iniciava-se, ali, uma viagem de estudos que só terminaria em 13 de maio do ano seguinte, após percorrer os principais rios da Amazônia brasileira, boliviana, peruana, equatoriana e colombiana.

Dessa viagem resultou um minucioso diagnóstico publicado em junho de 1925, pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos, sob o título, já citado, de *Rubber Production in the Amazon Valley*, como o quarto da série de trabalhos do mesmo gênero resultantes da mencionada instrução do Congresso Americano¹²³.

119 A propósito, não seria ocioso lembrar a seguinte passagem de ‘O Capital: “Qualquer que seja o modo de produção donde saem os produtos que entram na circulação como mercadorias – seja a comuna primitiva, a produção escravista, a da pequena agricultura, burguesa ou capitalista – não se altera o caráter deles como mercadorias, e como tais têm de passar pelo processo de troca e por todas as metamorfoses que ele implica. O *capital mercantil supõe, como acontece com o dinheiro e o movimento do dinheiro, os extremos entre os quais medeia: basta que esses extremos existam como mercadoria, não importando que a produção seja em sua totalidade produção de mercadorias, ou que se lança ao mercado só excedente sobre o consumo direto de produtores independentes. O capital mercantil apenas agencia o movimento desses extremos, as mercadorias que para ele são condições de existência*” (MARX, op. cit., p. 375 [Grifos meus]).

120 SCHURZ, 1925, p. 7.

121 Os participantes eram os seguintes: William L. Schurz (adido comercial da embaixada dos Estados Unidos no Brasil e chefe da “missão”); O D. Hargis (agente especial do Departamento de Comércio e ex-dirigente das plantações da *Continental Rubber Company em Sumatra*); Curtis F. Marbut (chefe da divisão de Estudos de Solos do Departamento de Agricultura e ex-dirigente de plantações da U. S. Rubber Company); James R. Wier, Engene L. Prizer e Morris K. Jessup (do Departamento de Agricultura) (SCHURZ, op. cit., 1925).

122 Composta de: Dr. Hannibal Porto (chefe); engenheiro, Avelino Ignácio de Oliveira; geólogo, João Geraldo Kulmann; botânico, Fernando Soledade e, coronel-médico Raymundo Monteiro da Costa (SCHURZ, op. cit. 1925; Folha do Norte, Belém, 17.8. 1923, p. 2).

123 Os demais trabalhos da série foram: BLANDIN, J. J. *Marketing of Plantation Rubber*; FIGART (op. cit. 1925), e VANCE, C. F. et al. *Possibilities for Para Rubber Production in the Philippines*.

IMAGEM DE FUNDO - FRACTAIS

O termo *fractal* foi criado por *Benoît Mandelbrot*, matemático francês nascido na Polónia, que descobriu a geometria fractal, a partir do adjetivo latino *fractus*, do verbo *frangere*, que significa quebrar. Ele usou o termo para descrever um objeto geométrico que nunca perde a sua estrutura qualquer que seja a distância de visão. São produzidos por meio de equações matemáticas que podem ser interpretadas por formas e cores a partir de aplicativos usados em ambientes virtuais. Sua principal característica é a autossimilaridade. Eles contêm, dentro de si, cópias menores deles mesmos. Essas cópias, por sua vez, contêm cópias ainda menores e assim sucessivamente.

IMAGENS DA CAPA

- Plataforma usada para escoamento da borracha
- Máquina utilizada para “puxar” o látex
- Seringueira e a extração do látex
- Modelo *Ford Bigode* das indústrias Ford
- Floresta Amazônica



Apoio

